



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG)
INSTITUTO DE ENGENHARIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IEDS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS – MASTS

JOSÉ CLEILSON DE PAIVA DOS SANTOS

TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS:
ESTUDO DE PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ

REDENÇÃO – CEARÁ

2023

JOSÉ CLEILSON DE PAIVA DOS SANTOS

TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS: ESTUDO
DE PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus das Auroras.
Linha de pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade.

Orientador: Prof.º Dr. Antônio Roberto Xavier

REDENÇÃO - CEARÁ

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Santos, José Cleilson de Paiva Dos.

S237t

Turismo e impactos socioambientais em áreas litorâneas: estudo de percepção na praia de Morro Branco-Ceará / José Cleilson de Paiva Dos Santos. - Redenção, 2023.

85fl: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

1. Turismo sustentável. 2. Impactos socioambientais. 3. Morro Branco - praia. I. Xavier, Antônio Roberto. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 338.4791

JOSÉ CLEILSON DE PAIVA DOS SANTOS

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS:
ESTUDO DE PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus das Auroras.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Antônio Roberto Xavier (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.ª Dr.ª Aiala Vieira Amorim

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.ª Dr.ª Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.º Dr. José Gerardo Vasconcelos

Universidade Federal do Ceará – UFC

Dedico essa dissertação aos meus pais, que sempre me apoiaram nessa longa jornada, fazendo-se presentes nos momentos mais difíceis. Pela difícil missão de criar e educar a mim e aos meus irmãos, sobretudo, ensinaram-me os valores e os princípios que direcionam a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu grande e bom Deus, por sempre estar comigo e, nos momentos de desânimo e fraqueza, dizer aos meus ouvidos: —Não temas, porque estou contigo.

Agradeço aos meus pais, José de Maria Santos e Antônia Maria de Paiva dos Santos, pela educação e pelos valores ensinados.

Agradeço a minha esposa, Virginia Pereira de Farias Santos, pelo amor incondicional.

Agradeço aos meus filhos, Pedro Lucas de Oliveira Santos e Davi de Farias Santos, por serem fontes de inspiração.

Agradeço ao meu orientador e grande amigo, Professor Dr. Antônio Roberto Xavier, pelo privilégio das suas orientações. A sua competência, a sua confiança, o seu respeito e a sua presença em cada momento que precisei foram essenciais para a conquista deste objetivo.

A todos os professores e colegas do MASTS, que contribuíram para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Aos meus amigos Alexandre Rocha e Lucineide de Abreu, que me incentivaram na minha vida acadêmica.

Aos outros familiares e amigos que estiveram comigo durante o processo de pesquisa e escrita, que souberam entender minha ausência e agora certamente se alegram ao saber que conquistei um grande sonho.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

(Paulo Freire).

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar os impactos socioambientais relacionados com as atividades turísticas percebidas na praia de Morro Branco, Beberibe, Ceará, Brasil. Parte-se do pressuposto que os impactos socioambientais oriundos dos empreendimentos turísticos na perspectiva de produção, desenvolvimento e transformação é uma realidade inegável e preocupante do ponto de vista sustentável. Desse modo, esta pesquisa analisou o relacionamento dos envolvidos com o turismo local para compreender o real impacto ocasionado pela falta de planejamento, principalmente nos aspectos social, cultural e econômico da comunidade situada em seu entorno. Este estudo analisa as políticas turísticas e a legislação municipal quanto ao processo de incentivo que promovem o desenvolvimento do turismo local. Este é um estudo de caso exploratório de natureza básica com abordagem qualitativa. Em relação às técnicas de coleta de dados e geração de informações, empregaram-se a observação direta, as entrevistas não diretivas e o instrumento do questionário aberto. Quanto às técnicas de análise, aplicou-se a interpretação de conteúdo e análise do discurso narrativo sócio-histórico contextual. Em relação aos resultados, constatou-se pouca efetividade do poder público e pouco envolvimento da população no tocante aos impactos socioambientais na praia de Morro Branco. Conclui-se que para obter uma resposta significativa em relação às atividades turísticas em áreas litorâneas são necessárias ações que promovam a sustentabilidade por meio da educação ambiental, além da sensibilização da população local sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, a fim de garantir um ambiente equilibrado para as futuras gerações.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Impactos socioambientais. Praia de Morro Branco.

ABSTRACT

This research aims to analyze socio-environmental impacts related to the touristic activities on Morro Branco Beach. It is assumed that socio-environmental impacts of tourist enterprises in the perspective of production, development and transformation is an undeniable and worrying reality from a sustainable point of view. Thus, this research analyzes the relationship of those involved with local tourism to understand the real impact caused by the lack planning, mainly on the social, cultural and economic aspects of the community situated in its surroundings. This study analyzed tourism policies and municipal legislation regarding the incentive process that promote the development of local tourism. This is an exploratory case study of a basic nature with a qualitative approach. In relation the data collection techniques and generating information direct observation were used non-directive interviews and open questionnaire. In relation the analysis techniques were used the interpretation of the content and analysis of contextual socio-historical narrative discourse. Regarding the results, little effectiveness of the public power and little involvement of the population was verified. regarding the social-environmental impacts on Morro Branco beach. It is concluded that in order to obtain a significant response in relation to tourist activities in coastal areas is necessary to incorporate actions that promote sustainability through environmental education. In addition to raising awareness among the local population about the need to preserve the environment in order to ensure a balanced environment for future generations.

Keywords: Sustainable tourism. Socio-environmental impacts. Morro Branco Beach

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Produto Interno Bruto de Beberibe	59
GRÁFICO 02 – Motivos para visitar Morro Branco	60
GRÁFICO 03 – Fatores que favoreceu a instalação do turismo	61
GRÁFICO 04 – Empreendimentos turísticos e seus proprietários	61
GRÁFICO 05 – Percepção de impacto com a instalação da indústria do turismo	64
GRÁFICO 06 – Problemas ligados ao turismo	67

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Barracas de Praia	43
FIGURA 02 – Área afetada	45
FIGURA 03 – Área pleiteada para a proposta de intervenção do projeto de requalificação urbana	46
FIGURA 04 – Projeto de requalificação de Morro Branco	46
FIGURA 05 – Centro de artesanato	47
FIGURA 06 – Localização limítrofe do município de Beberibe	53
FIGURA 07 – Praia de Morro Branco	54
FIGURA 08 – Serviços turísticos em Morro Branco	62
FIGURA 09 – Construções nas falésias	65
FIGURA 10 – Construções nas falésias	65
FIGURA 11 – Erosão nas falésias	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Quadro referencial de análise para iniciativas de TBC	31
TABELA 02 – Etapas do projeto de requalificação da praia de Morro Branco	44
TABELA 03 – Números do trade turismo de Beberibe em 2021	54
TABELA 04 – Perfil dos entrevistados	56

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

COEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN'S– Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

PDP – Plano Diretor Participativo

PIB – Produto Interno Bruto

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente

TBC – Turismo de Base Comunitária

TCAC – Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Percurso metodológico	18
2	TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NAS ÁREAS LITORÂNEAS DO CEARA: ASPECTOS GERAIS	21
2.1	A zona costeira como espaço de ocupação pelo turismo	22
2.2	Turismo, impacto socioambiental e o caminho para sustentabilidade	24
2.3	Turismo comunitário, uma possibilidade real	29
2.4	Sustentabilidade, conceitos e paradoxos	32
2.5	Turismo sustentável, caminhos conceituais	34
3	ATIVIDADES TURISTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAIA DE MORRO BRANCO	40
3.1	Morro Branco e seus encantos: um breve relato	40
3.2	Análise do projeto de requalificação da praia de Morro Branco	43
3.3	Plano Diretor Participativo, como elemento de equilíbrio	48
4	COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	52
4.1	Coleta de dados	52
4.2	Caracterização do <i>locus</i> da pesquisa	52
4.3	Análise dos dados	55
4.3	Aspectos éticos da pesquisa	55
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	56
5.1	Perfil dos sujeitos da pesquisa	56
5.2	O impacto do turismo na praia de Morro Branco	57
5.3	Empreendimentos turísticos e problemas socioambientais encontrados na praia de morro branco, percepção dos entrevistados	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE	76
	ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade está fundamentada no equilíbrio de diversos seguimentos sejam eles sociais, econômicos, ambientais ou culturais. Nesse contexto, vive-se a complexa relação entre o progresso em um sistema capitalista e a sustentabilidade por meio da qual o turismo representa um papel de grande relevância para a composição do quadro em questão. Como consequência de sua implementação, o turismo apresenta uma série de efeitos positivos, como também dispõe de efeitos negativos relacionados principalmente a sua forma de instalação e exploração. Mediante à relevância econômica, destaca-se sua objetividade, o que oportuniza a geração de renda e a promoção do desenvolvimento local. O turismo deve ser considerado uma prioridade, tanto para o governo estadual quanto para os municípios.

No entanto, compreender tópicos fundamentais de sustentabilidade e suas relações com a cadeia produtiva do turismo, além de assimilar como tudo isso se concretiza no dia a dia dos moradores de Morro Branco, constitui-se como o mais importante elemento desta pesquisa, que tem como objeto de estudo: “TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS: ESTUDO DE PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ”. O intuito é buscar compreender os elementos que permeiam as práticas socioculturais e econômicas dos moradores da comunidade de Morro Branco voltadas para as práticas sustentáveis.

O turismo no estado do Ceará apresenta forte potencial em razão de suas belezas naturais e riquezas culturais, o que possibilita pensar no turismo como progresso e um vetor de desenvolvimento para o estado. De acordo com Backsman *et al.* (2002), desde 1994, a atividade turística na região Nordeste tem sido direcionada pelo programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste (Prodetur/NE) que, atualmente, apresenta abrangência nacional (Prodetur/nacional). O estado do Ceará, ao ser beneficiado pelo programa, elaborou os planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável (PDITS). Neste sentido, “os PDITS são instrumentos de planejamento do turismo que têm por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazos, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão” (CEARÁ, 2014, p.13).

É importante ressaltar que o interesse em estudar essa temática emergiu das experiências na área do turismo na formação acadêmica deste autor, bem como pela curiosidade de compreender e expandir o conceito de desenvolvimento sustentável,

destacando o cuidado que se deve ter com o meio ambiente em especial a praia de Morro Branco, localizada no município de Beberibe.

A praia de Morro Branco, localizada no município de Beberibe, foi definida como área propícia para realização desse estudo, pois, de acordo com os estudos realizados por Bessa (2005), nessa região se constatou um aumento significativo de áreas erosivas relacionadas ao grande fluxo de pessoas que circulam nesse espaço. Portanto, é necessário aprofundar esse tema, entender os impactos positivos e negativos das ações antrópicas na natureza.

A história desta comunidade com o turismo é antiga, pois, segundo Nascimento (1996), a comunidade era constituída de pequenas casas de taipas. Entretanto, “Em pouco tempo, Morro Branco começou a ganhar suas primeiras casas de veraneio e muitas pessoas vinham conhecê-lo. Nesse período, foi dado início à construção do novo hotel de Morro Branco” (NASCIMENTO, 1996, p. 17).

Entende-se que a atividade turística tem a característica de promover o desenvolvimento local, e a realidade atual da comunidade se configura na transformação dela, pois onde existiam casas de pescadores, hoje existem casas de veraneio, barracas de praia, hotéis e parques aquáticos, dando novas configurações econômicas e culturais para a praia de Morro Branco.

Neste sentido, podem ser apontadas como consequência direta dessa nova realidade as transformações ocorridas nas falésias e dunas da praia de Morro Branco e Praia das Fontes. Por serem fortemente instáveis, estão sofrendo modificações causadas pela erosão (voçorocas) e, na maioria das vezes, por fatores antrópicos. Elas são desmontadas para a construção de pousadas, hotéis, restaurantes, bares, casas de veraneio, barracas de praia, confecção do artesanato, abertura de estradas para passeios de *buggy*, dentre outros. Em decorrência disso, há o aumento do processo erosivo, ocasionando riscos de desmoronamentos e de contaminação do lençol freático (BESSA, 2005).

Constatou-se que, embora o município apresente em seu Plano Diretor Participativo (BEBERIBE, 2007) as diretrizes necessárias para a proteção do meio ambiente, ainda está muito distante de vivenciar na prática a sustentabilidade, sendo necessária uma reflexão acerca da construção de políticas públicas voltadas para a atividade turística na região. Deve-se propiciar o desenvolvimento local, mas não esquecer de buscar e manter a qualidade de vida da população residente.

Quanto aos impactos ambientais já mencionados, destaca-se como referência local o trabalho de Nascimento (1996), que retrata o processo de formação histórica da praia de

Morro Branco e o processo de instalação das segundas residências e suas consequências, o trabalho de Bessa (2005), que pontua os principais problemas ambientais relacionados à atividade turística, como desmonte e desequilíbrio das dunas, e o trabalho de Carneiro (2018), destacando os impactos das ações antrópicas na natureza, como o assoreamento de rios e o desmatamento.

Ressalta-se a importância de pensar a relação homem e natureza do ponto de vista de Moraes, pois, segundo ele,

O desenvolvimento sustentável é o nosso enigma: decifra-me ou devoro-te. Crescer sem poluir e sem destruir o patrimônio natural do país emerge como meta, alicerçada no objetivo geral de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população. (MORAIS, 1999, p. 102).

O estudo ambiental, especificamente sob o olhar da indústria do turismo e suas consequências, possibilita uma capacidade de interpretação crítica em relação a vários aspectos da sociedade. Tendo como referência o caso de Beberibe, um dos principais polos turísticos do Ceará e com forte tendência de crescimento, tanto econômico quanto demográfico, buscou-se evidenciar as características desta relação, destacando os impactos socioambientais e reconhecendo que a formação e transformação do espaço geográfico é consequência das atividades humanas e de sua mobilidade.

Considerando as situações elencadas anteriormente, o estudo parte do pressuposto de que os impactos socioambientais oriundos dos empreendimentos turísticos na perspectiva de produção, desenvolvimento e transformação é uma realidade inegável e preocupante do ponto de vista sustentável. Desse modo, a justificativa desse trabalho se fundamenta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que institucionalizam a discussão da educação ambiental em todos os campos de conhecimento, não como uma nova disciplina, mas por meio da transversalidade, ou seja, “A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade)” (BRASIL, 1998, p. 30).

Outra justificativa que fora pontuada é que a partir das situações observadas na Praia de Morro Branco surgiu a necessidade de uma análise ambiental das ações antrópicas nessa comunidade, e um estudo específico dos efeitos que o turismo causa no meio ambiente, bem como de alguns empreendimentos imobiliários situados às margens dela e pontuando se afetam a qualidade ambiental da área em estudo ou não.

Tendo por base os aspectos que promovem os princípios de desenvolvimento sustentável, acredita-se que Beberibe pode se reinventar no sentido de planejar um turismo pautado no respeito ao meio ambiente, buscando um olhar mais responsável e que atenda aos interesses da comunidade de Morro Branco, isto é, um turismo que não considere apenas as belezas naturais, mas sim que busque o equilíbrio no uso dos recursos naturais.

O presente estudo teve por finalidade fazer uma análise ambiental dos impactos das atividades turísticas na dinâmica socioambiental da praia de Morro Branco - Beberibe - Ceará, englobando o Monumento Natural das Falésias localizado entre as praias de Morro Branco e Praia das Fontes no município de Beberibe, macrorregião do litoral leste do estado do Ceará. A área geográfica do município de Beberibe ocupa porção da Planície Litorânea dos Tabuleiros Pré-Litorâneos e da Depressão Sertaneja, possuindo riquezas significativas em termos de recursos ambientais.

Desse modo, procura-se responder o seguinte questionamento norteador da pesquisa: quais são os impactos socioambientais ocasionados pela atividade turística na praia de Morro Branco em Beberibe-Ceará?

O objetivo geral deste trabalho é avaliar os impactos socioambientais da praia de Morro Branco, localizada no município de Beberibe, oriundos dos empreendimentos turísticos.

Em decorrência do objetivo geral, foram delineados os objetivos específicos desta investigação: identificar, considerando as percepções dos moradores, os impactos socioambientais das áreas utilizadas pela atividade turística no município de Beberibe, debater a busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental da atividade turística local, reconhecendo suas transformações, objetivando o atendimento da demanda turística crescente, e identificar, do ponto de vista socioeconômico, os impactos positivos e negativos trazidos pelo turismo para a referida comunidade.

A comunidade de Morro Branco foi escolhida pelo fato de concentrar as falésias na Praia de Morro Branco, que é o principal cartão postal do município de Beberibe. Para além disso, a escolha tem como motivação o fato de poder pensar coletivamente em um turismo forte e que apresente os princípios necessários para a sustentabilidade; por este motivo, os sujeitos da pesquisa foram os próprios profissionais envolvidos nas atividades ligadas ao turismo nessa comunidade.

O presente estudo está organizado da seguinte forma: na seção 1 tem-se a introdução, que contém a apresentação da pesquisa, as razões que justificam sua realização. Tem-se ainda uma pequena abordagem do objeto de estudo, um campo com seus objetivos

geral e específicos, seguindo da metodologia que apresenta uma visão dos autores acerca da pesquisa qualitativa.

A seção 2 apresenta os impactos nas áreas litorâneas do Ceará relacionados ao turismo, mediante o processo de ocupação desses espaços por empreendimentos turísticos. Na mesma seção, procurou-se debater caminhos alternativos que possibilitem uma reflexão das atividades turísticas e um caminho que possibilite a sustentabilidade. Esse diálogo se faz necessário por possibilitar uma compreensão do processo de ocupação histórico-cultural desses ambientes.

A seção 3 é direcionada ao âmbito local, onde discutem-se as relações entre as atividades turísticas e o meio ambiente, procurando pontuar os possíveis impactos ambientais relacionados a sua implementação. A análise da história local é necessária para compreender o grau de importância das atividades turísticas na praia de Morro Branco, o que possibilita também uma reflexão das leis existentes que promovem a proteção ambiental.

Na seção 4, evidenciam-se os procedimentos, as análises e os resultados da pesquisa de campo, incluindo uma base conceitual com diversos teóricos sobre os conceitos da sustentabilidade, procurando pontuar os pontos positivos e negativos das atividades ligadas ao turismo instaladas em Morro Branco com enfoques atuais, mas não esquecendo o contexto histórico e social da comunidade.

Finalmente, na seção 5, tem-se as considerações finais nas quais apresenta-se um panorama dos assuntos abordados na dissertação, pontuando os limites e abrindo possibilidades para uma sequência de trabalhos.

1.1 Percurso metodológico

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade e sua sensibilidade) [...]. (MINAYO, 2013, p. 14).

Com relação ao caminho metodológico, trata-se de uma pesquisa realizada na comunidade de Morro Branco. Realizou-se uma abordagem qualitativa, pois esta possibilita novas habilidades, como a escuta coletiva, abarcando as questões mais amplas que envolvem os processos do turismo ambiental e a sustentabilidade. Como instrumentos metodológicos, foram utilizados no primeiro momento a observação direta por meio de pesquisa de campo, o diário de bordo, os registros de imagens e as rodas de conversas com pessoas que

desenvolvem alguma atividade ligada ao turismo nesta comunidade. Esta ação possibilitou registrar a sensibilização dos sujeitos, pois “é preciso ter muito cuidado na constituição do grupo que vai assegurar um trabalho contínuo e ininterrupto, ou seja, a continuidade do processo iniciado” (BARBIER, 2007, p. 104).

Diante do exposto, essa abordagem é feita em torno de pessoas que constroem suas concepções de vida dentro da própria vivência, criando e recriando modos de fazer e viver em sociedade. Como Paulo Freire (1970), em *Pedagogia do Oprimido*, ao propor o círculo de cultura como um mecanismo de construção do conhecimento, abrindo possibilidades de uma prática democrática fundamentada em uma escuta respeitosa entre pesquisador e pesquisado, assim, se fizeram necessárias visitas para compreender o contexto sociocultural da comunidade. Para isto, os registros das entrevistas por meio do diálogo formal e informal, bem como os registros fotográficos foram pontuais e importantes para a construção deste documento. Observou-se que essas ações possibilitaram a compreensão de que as pesquisas qualitativas têm como referência o “[...] esforço de coletar materiais em diversas fontes oriundas do ambiente natural, por meio do contato direto, intenso e prolongado entre o pesquisador e os atores sociais implicados” (DEMO, 2004, p. 35).

Tendo por base o processo de estruturação da pesquisa qualitativa é essencial compreender que ela surgiu na antropologia e isso explica o fato dela ser um estudo etnográfico recebendo algumas denominações:

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade. (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

A busca por algo novo requer um padrão sistêmico, segundo Gil (2007, p. 42), “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico visa à produção de conhecimento novo”. Neste sentido, com o passar dos anos, a pesquisa qualitativa foi se modelando e abrangendo novos campos. Chizzoti (2003) relata que,

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da

teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTI, 2003, p. 221).

Quando propõe-se explorar os impactos que o turismo pode causar ao meio ambiente, deve-se ter uma visão geral sobre o objeto pesquisado, pois o estudo baseado nas práticas culturais, carregado de emoções, sensações e olhares do cotidiano, possibilita que “O cientista solitário apreende e explica, em seu texto, ao público acadêmico a vida do “outro”, ostenta os objetos documentários que coligiu, interpreta o estágio epocal da cultura estudada e, em geral, avalia a cristalização dessa cultura, no tempo” (CHIZZOTI, 2003, p. 227).

Para uma melhor interpretação dos dados coletados, além dos métodos que já foram citados anteriormente, a pesquisa bibliográfica esteve presente em todo o processo da pesquisa por meio da leitura de artigos, livros, revistas, dissertações, e textos que deram subsídios essenciais para a construção desse trabalho.

Ainda sobre os componentes utilizados na pesquisa, é importante mencionar que recentemente o mundo vivenciou uma pandemia causada pela Covid-19 e que ainda está passando por um momento delicado. Este fato alterou as formas de relacionamento e em Beberibe não foi diferente, por isso a tecnologia foi um suporte importante na comunicação e aquisição dos dados. O uso de aplicativos, como o WhatsApp e Google Forms, foram ferramentas elementares nesse processo, possibilitando uma relação confortável e segura com os entrevistados.

Por ser uma pesquisa qualitativa, é importante mencionar sobre a participação ativa dos participantes, o que apresenta forte espírito de coletividade. Segundo Thiollent (1988, p. 15), “na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”, possibilitando uma relação coletiva, positiva e prazerosa, na construção de saberes.

2 O TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NAS ÁREAS LITORÂNEAS DO CEARÁ: ASPECTOS GERAIS

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Art. 125 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). (BRASIL, 1988).

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é isso que fala o artigo 125 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). No entanto, encontrou-se um cenário muito diferente, pois é visível observar a degradação dos ecossistemas em decorrência dos atuais modelos de relacionamentos com a natureza, tais como a ocupação desordenada e a exploração inadequada dos recursos naturais. Mesmo diante dessa realidade, é possível encontrar projetos que se preocupam com a conservação dos recursos naturais e com o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável, pois sabe-se que tais recursos não são inesgotáveis, e é inadmissível que as atividades econômicas e sociais se desenvolvam alheias a esse fato. Para Ross (1996):

Como toda causa tem seu efeito correspondente, tudo que o homem extrai da natureza tem certamente também seus malefícios. Desse modo, parte-se do princípio de que toda ação humana no ambiente natural ou alterado causa algum impacto em diferentes níveis, gerando alterações com graus de agressão, levando às vezes as condições ambientais a processos até mesmo irreversíveis. (ROSS, 1996, p. 14-15).

Em 3 de agosto de 1981 foi sancionada a Lei 6.938 (BRASIL, 1981), estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Essa legislação passou a interferir nas políticas estaduais e municipais, como explicita em seus artigos 4º e 5º, objetivando a

[...] compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; e à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

É importante salientar que o dever de cuidar não se limita apenas ao poder público e à iniciativa privada. Sabe-se que essa ação é responsabilidade também de toda a sociedade, repensando suas formas de se relacionar com o meio ambiente e criando mecanismo que promova o desenvolvimento econômico sem esquecer da responsabilidade social e ambiental.

2.1 A zona costeira como espaço de ocupação pelo turismo

A problemática ambiental é o grande enigma a ser desvendado, pois conhecer os diversos aspectos que envolvem a temática ambiental da zona costeira cearense, destacando como *locus* da pesquisa o litoral e todo seu processo de ocupação, torna esse trabalho fundamental para aquelas pessoas que pretendem compreender a importância de possuir projetos e políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável no Ceará, uma vez que essa atividade apresenta grande relevância para diversos setores, como a economia, a cultura e o social.

A zona litorânea apresenta uma característica singular que torna esse ambiente fascinante: a bela paisagem. No entanto, toda essa riqueza vem passando por transformações, e não apenas recentemente, como relata Vasconcelos (2003), visto que a ocupação desse ambiente é bastante antiga, com grande relevância aos povos antigos, mas é com o advento da Revolução Industrial e com as urgências do século XIX que esse espaço passa a ter uma maior significância.

Por séculos, as atividades de subsistência, como a pesca e a agricultura ditaram as características do processo de ocupação e modelagem desse ambiente. No entanto, com o crescimento populacional, surgiram novas formas de se relacionar com a natureza, reinventando novas práticas que interferem nesses espaços. Entre as diversas práticas, tem-se “um novo fator econômico se integra a este grupo, o turismo [...]. Na maioria dos litorais, a praia é o maior patrimônio turístico do lugar” (VASCONCELOS, 2003, p. 326).

O turismo sendo esse fator modelador de ambientes apresenta dois fenômenos que permitem compreender sua operacionalização, pois, segundo Montenegro Junior (2004),

A partir dos anos 1960, o litoral foi tomado por dois fenômenos que caracterizaram fortemente a sua configuração e forma de ocupação: o primeiro está relacionado à popularização das residências de veraneio, que se disseminaram largamente por todo o litoral, principalmente próximo às regiões metropolitanas, e pode ser considerado o fator numericamente mais expressivo da urbanização ao longo de toda a costa, cujo impacto ambiental está diretamente relacionado à incapacidade dos poderes públicos de ordenarem o uso do solo, desestabilizando a sociabilidade dos locais onde se instalam, promovendo conflitos e tensões na questão fundiária. O segundo fenômeno está relacionado aos movimentos migratórios, em direção à costa, dos contingentes não absorvidos pela indústria, oriundos do campo, ou de outros centros urbanos menores, atuando no mercado informal, ocorrendo em diversas escalas e nas mais variadas situações, principalmente em torno das grandes metrópoles e capitais brasileiras, ocorrendo também em cidades do interior de médio porte que polarizam economicamente a região do seu entorno. (MONTENEGRO JUNIOR, 2004, p. 29).

O processo de ocupação do litoral é complexo e envolve um conjunto de fatores, como expulsão de moradores das comunidades tradicionais, impactos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, Dantas (2011) colabora com o debate abordando os aspectos históricos desse processo:

No século XX, a maritimidade no Ceará adquire características diferenciadas das dos outros séculos. Se, entre os séculos XVII e XIX, a valorização das zonas de praia advém, sobretudo, de modificações de ordem política e econômica que as transformam em lugar privilegiado das trocas e lugar de habitação das classes pobres (inicialmente com o estabelecimento das comunidades de pescadores, conforme política de defesa do território implementada pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, com a fixação de pobres nas zonas de praia de Fortaleza), no século XX, as transformações de ordem cultural adquirem relevância maior, provocando abertura da elite em face dos espaços litorâneos: abertura iniciada no período precedente e resultante do processo de ocidentalização das elites locais, que altera gradualmente, após os anos 1920-1930, os lugares tradicionalmente ocupados pelos portos, pelas comunidades de pescadores e pelos pobres, em lugar de lazer e de habitação das classes abastadas. (DANTAS, 2011, p. 43).

É importante pontuar que o turismo litorâneo, sendo uma atividade geradora de renda, possibilita a apropriação do espaço com a finalidade de gerenciar suas necessidades para seu desenvolvimento, direcionando as concepções de ocupação e o uso do espaço, como relações de trabalho e infraestrutura. Portanto, “o turismo se desenvolveu através da forte ocupação do litoral, (...), sendo nesse caso um dos motores do desenvolvimento econômico local (VASCONCELOS, 2003, p. 326).

Em outras palavras, dentro desse processo de ocupação, o turismo apresenta características singulares, pois, em sua ação prática, “é um tipo de consumo diferente dos outros, pois se realiza em outro local e não visa à satisfação de uma necessidade fundamental do homem; (...) o turismo é um produto da evolução sociocultural” (BOYER, 1999, p. 16).

Pode-se observar que a ocupação do litoral pelo turismo é tipificada pela mercantilização do lazer. Em outras palavras, o turismo sendo esse produto da evolução sociocultural que carrega os conceitos e valores do capital, pensado e organizado como produto, torna-se uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Sales e Rezende relatam que,

[...] o turismo, como fator de desenvolvimento econômico, se apropria de determinados lugares, impondo-lhes transformações que podem acabar com a singularidade e particularidades do lugar; essa é uma das características das atividades produtivas do sistema capitalista, pois a sua “lógica” é o lucro sobre a “exploração” de paisagens. Esta atividade, ao longo dos tempos, tem sido um importante agente modificador da organização espacial, principalmente em lugares turísticos [...] (SALES; REZENDE, 2010, p. 482 *apud* FONTES; LAGE, 2003, p. 93).

O processo de ocupação do litoral é dinâmico e, com o advento da modernidade e suas novas formas de se relacionar com a natureza entre elas o turismo, pode-se observar que existem efeitos positivos e negativos. Assim, a exploração da natureza pelo turismo tem intensificado o “desequilíbrio ecológico, desagregação social e perda de valores culturais da comunidade [...]”. De modo geral, estes espaços turísticos evoluem pelo processo de ‘ondas’ de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço” (SALES; REZENDE, 2010, p. 482 *apud* FONTES; LAGE, 2003, p. 93).

A partir das situações destacadas, pode-se compreender que a dinâmica turística é apresentada superficialmente à sociedade, e destacando apenas seus elementos positivos, tais como as questões econômicas. Porém esse processo de ocupação do litoral pelo turismo pensado apenas através do viés capitalista traz grandes prejuízos ao meio ambiente, tais como a degradação ambiental, os moradores locais e trabalhadores que são vistos como elementos a serem explorados, e aos visitantes que não conseguem usufruir das potencialidades que o turismo pode trazer.

2.2 Turismo, impacto socioambiental e o caminho para sustentabilidade

O turismo é considerado um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico local, regional e internacional, propiciando a canalização de investimentos em curto, médio e longo prazos. Sabe-se que todo esse gerenciamento, seja cultural, social e/ou econômico em volta do turismo, está diretamente interligado com as condições ambientais do planeta, sendo que:

A atividade do turismo movimenta recursos e origina renda, mas depende de atrativos turísticos naturais para se manter. Assim está intrinsecamente ligada aos patrimônios natural e cultural. O crescimento dessa atividade na zona costeira, no entanto, é constantemente acompanhado de redefinições sociais, econômicas e ambientais, principalmente no uso do tempo, dos espaços e dos territórios. Isto porque não é satisfatório o simples fato de reconhecer que algumas das práticas adotadas em busca do desenvolvimento visando ao crescimento econômico são prejudiciais ao meio ambiente e ao homem. (RIOS, 2006, p. 38).

Dentro desse contexto, pode-se compreender que o turismo é um dos produtos mais comercializados mundialmente, pois, na atualidade, “mais de um bilhão de pessoas realizam viagens internacionais todos os anos. Uma realidade que mostra que 95% dos países estão interessados em promover seus atrativos e atrair turistas, principalmente internacionais” (NETTO; NECHAR, 2016, p. 15).

Ao ter uma visão global do turismo, é possível compreender o quanto essa atividade é complexa. Não se trata apenas de uma ação que possibilite o lazer, mas sim uma grande indústria do mundo contemporâneo, uma vez que ela fomenta a diversificação econômica pela agregação de empreendimentos, pela geração de renda e pela apropriação e transformação de espaços, propiciando reflexos sociais, culturais e ambientais.

Como qualquer indústria para que ocorra a sua instalação, fazem-se necessários estudos preliminares que consolidem esse processo. Entretanto, diante dos efeitos advindos do turismo, ainda existem diversas controvérsias que questionam os efeitos positivos e negativos de sua instalação, pois:

o turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros lugares de exploração. (MENDONÇA, 2001, p. 19).

O turismo é uma atividade que não está relacionada com as necessidades básicas dos seres humanos, mas, para que ocorra seu desenvolvimento, depende diretamente dos recursos que a natureza oferece. Assim, as áreas urbanas das regiões litorâneas apresentam elevadas condições que favorecem seu processo de instalação, com extensos litorais, dunas e falésias. Essas regiões propiciam a instalação das casas de veraneios, parques aquáticos, hotéis e todos os demais equipamentos ligados à indústria do turismo.

A construção dos equipamentos turísticos precisa estar em harmonia com o espaço geográfico, pois construí-los em locais inadequados e instáveis propicia a degradação ambiental, bem como a perda do investimento que gera ônus para o microempreendedor e a sociedade, tornando essencial avaliar e identificar os possíveis impactos, assim:

Como toda causa tem seu efeito correspondente, tudo que o homem extrai da natureza tem certamente também seus malefícios. Desse modo, parte-se do princípio de que toda ação humana no ambiente natural ou alterado causa algum impacto em diferentes níveis, gerando alterações com graus de agressão, levando às vezes as condições ambientais a processos até mesmo irreversíveis. (ROSS, 1996, p. 14-15).

Sob a ótica do crescimento, observa-se que o turismo conduz ao desenvolvimento de um processo sociocultural voltado para a acumulação do capital, sem pensar nas consequências de sua instalação e/ou na preservação do meio ambiente. Neste sentido, em decorrência do grande fluxo populacional, um dos principais problemas presentes nas regiões

turísticas, como a falta de saneamento básico, poderia ser maquiado e dificultar o acesso da boa qualidade de vida aos seus habitantes. Neste sentido, Mendonça corrobora relatando que,

As localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos, os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas. É também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo que, ou fica disperso por várias áreas sem um tratamento adequado, ou a municipalidade deve negociar a sua deposição em algum município vizinho. São todas as soluções de curto prazo que prejudicam o potencial futuro para o desenvolvimento turístico. (MENDONÇA, 2001, p. 22).

O turismo promove o desenvolvimento econômico e agrega um conjunto de características socioculturais singulares, determinando as peculiaridades necessárias para sua instalação e tendo como reflexão os impactos supracitados. Por isso, faz-se necessário pensar novos modelos de turismo que possam agregar não somente às questões econômicas, mas que apresentem uma mudança de atitude na relação homem e meio ambiente, “[...] já que o turismo é utilizado para fortalecer e não substituir as atividades econômicas já existentes. Esse maior grau de organização se converte em sustentabilidade para o desenvolvimento da prática turística” (SALES; REZENDE, 2010, p. 486).

Pensar em meios que signifiquem efetivamente a integração entre turismo e natureza sem prejuízos para o desenvolvimento social e econômico, bem como uma construção equilibrada dos diversos setores da sociedade, deve ser uma tarefa de todos, por conseguinte “Manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo” (SALVATI, 2004, p. 16).

Para chegar ao tão sonhado modelo da sustentabilidade, é necessário o planejamento de meios eficazes; como exemplifica Salvati (2004), um modelo que possa manter e valorizar as peculiaridades socioculturais e ambientais nos destinos, possibilitando a instalação do turismo responsável. A WWF Brasil (2021) estabeleceu como princípios do turismo responsável sendo que:

1 – O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação; 2 – O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável; 3 – O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; 4 – O turismo deve respeitar as culturas locais e prover

benefícios e oportunidades para as comunidades locais; 5 – O turismo deve ser informativo e educacional.

Os princípios propostos pelo WWW-Brasil devem ser um norte para a construção de políticas sólidas que propiciem um turismo de qualidade, integrando todos os setores da sociedade, público e privado, propiciando a consolidação do turismo sustentável. Neste sentido, Salvati destaca que o processo de estruturar a política do turismo sustentável é algo complexo:

Embora essencial, o envolvimento do governo com o desenvolvimento turístico não é tarefa simples. A primeira tarefa é definir o lugar do turismo do ponto de vista da administração pública. Como o turismo necessita de arranjos e ações interdisciplinares dentro do setor público (meio ambiente, cultura, infraestrutura, cidades, fazenda, planejamento, educação, entre outros), necessita de apoio e da intervenção dos diferentes setores do governo. (SALVATI, 2004, p. 22).

Diante do exposto, o turismo sustentável apresenta como objetivo um planejamento que possibilite o desenvolvimento social com princípios de sustentabilidade. O conceito tão procurado e defendido neste estudo está fundamentado nas palavras de Sachs:

- a) Sustentabilidade Ecológica - Entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento turístico de respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- b) Sustentabilidade Social - Fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e garantia dos direitos de cidadania;
- c) Sustentabilidade Cultural - Implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
- d) Sustentabilidade Econômica - Aquela que assegura o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- e) Sustentabilidade Espacial - Baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infraestrutura turística e, conseqüentemente diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista.
- f) Sustentabilidade política: alicerçada na negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais que vão do âmbito local ao global. (SACHS, 1993, p. 37).

Os princípios supracitados procuram pontuar os caminhos necessários para o turismo sustentável, e, nesta perspectiva, Beni (2002, p. 68) destaca que: “o turismo é uma atividade multidisciplinar, explicada em vários contextos da realidade social”. Em outras

palavras, por ser multidisciplinar, “o turismo sustentável é uma abordagem de turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade” (SWARBROOKE, 2000, p. 13).

O conceito de turismo sustentável é algo complexo, visto que para sua implantação são necessários a junção de fatores e um diálogo entre os diversos setores da sociedade, objetivando algo possível e equilibrado. O “Turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local” (SWARBROOKE, 2000, p. 19).

Com a finalidade de tornar o turismo sustentável realmente viável em sua totalidade é necessário ressaltar o acordo firmado em 2015 entre os 193 estados-membros da Organização Das Nações Unidas – ONU. Na ocasião, foi elaborada a Agenda de 30, composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas. No objetivo 12, que abordava os padrões de consumo sustentáveis, são apresentadas como metas:

- 12.b. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- 12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais. (AGENDA 2030, 2019)

Para tornar o turismo efetivamente sustentável, além da compreensão que os recursos naturais são finitos, é necessário um planejamento participativo e democrático, em que os diversos atores sociais propõem formas concretas de implantação de políticas sustentáveis.

Desse modo, somente com a integração de todos os sujeitos compartilhando do mesmo objetivo, que é compreender que as questões ambientais interagem com as demais dimensões, como a econômica, social e cultural, é que será possível ter um equilíbrio sustentável, forte e de qualidade, por meio do qual o homem usufrui dos recursos naturais sem destruir seu maior bem: a vida. Sabe-se que “o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social” (CORIOLANO, 2003, p. 43).

2.3 Turismo comunitário, uma possibilidade real

A partir das reflexões apresentadas, pode-se observar que o turismo instalado na maioria dos litorais apresenta uma organização que objetiva os grandes fluxos de visitantes, e para atender sua crescente demanda é comum que os espaços que recebem essas demandas sofram transformações. Em outras palavras, para atender o fluxo turístico, esses ambientes recebem um conjunto de equipamentos, como hotéis, parques aquáticos, restaurantes, feiras de artesanatos, além de modificações na via urbana.

O interesse pelo litoral não surgiu aleatoriamente, pois esses ambientes despertam grande interesse devido as suas particularidades naturais, como praias, dunas e falésias, que são grandes atrativos para a instalação do turismo, possibilitando “a revalorização do litoral para o lazer e o turismo, pela reestruturação capitalista, ampliou a disputa desse espaço para novos usos” (SALES; REZENDE, 2010, p. 485).

Esse modelo de turismo que se apropria do litoral tornando-o principal moeda de troca para o mercado imobiliário está presente em vários municípios, modificando e explorando os potenciais que a natureza oferece, porém os efeitos que ele causa são devastadores. A população também sofre com esses efeitos, sendo explorada e em alguns casos expulsa de suas localidades para a instalação dos equipamentos turísticos, criando grandes impactos sociais e ambientais.

Pensar em um turismo que atenda não somente às questões econômicas, mas que possibilite agregar valor em algo existente, que inclua a população local, que apresente um projeto de respeito com o meio ambiente e com princípios de sustentabilidade, é algo urgente. Destaca-se o turismo comunitário que, mesmo em uma estrutura já existente, pode ser inserido, agregando novos modelos de como se relacionar com a natureza e com a população. O turismo comunitário é aquele em que “as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo controle efetivo das terras e atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 201).

O turismo defendido aqui não é aquele que apenas gera emprego e renda, mas que seja como defende Santos, Lima e Silva (2018, p. 836), “como elemento de integração dos indivíduos à vida social, sendo o espaço e o conjunto de práticas socioculturais elementos de um processo sensível e importante desse desenvolvimento”. A professora Luzia Neide Coriolano, discorrendo sobre o assunto, relata que o turismo comunitário é muito mais que um olhar para o meio ambiente, ele:

[...] prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação das pessoas da comunidade com o planejamento descentralizado e associativo [...]. Busca a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejo e de conservação compatíveis com o turismo. (CORIOLANO, 2006, p. 202).

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária (TBC) apresenta como princípio o turismo sustentável que possibilita a integração da população em todos os processos de instalação e execução, propiciando a valorização da história, da cultura dessas comunidades, e dando oportunidades para o comércio local se manter vivo dentro desse ciclo. Esse tipo de turismo, além de proporcionar um olhar sustentável, proporciona também aos visitantes experiências distantes de suas realidades, tais como conhecer e experimentar o modo de vida dos moradores dessas comunidades, realizando trilhas ecológicas, aproximando-se da rotina diária da população local, possibilitando um repensar da realidade dos residentes.

A proposta de um turismo que visa contribuir para valorização ambiental e local apresenta objetivos claros. Neste sentido, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) destacam os elementos-chave do turismo de base comunitária, que são

Dominialidade: refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística;

Organização comunitária: diz respeito ao modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo;

Democratização de oportunidades e repartição de benefícios: refere-se à existência de mecanismos/acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo;

Integração econômica: evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento;

Interculturalidade: relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;

Qualidade ambiental: refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais. (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016, p. 176).

Ao analisar as características necessárias que permeiam o turismo de base comunitária entende-se que essa é uma estratégia válida, na qual as populações locais ou tradicionais podem se sentir parte ativa do processo. Em outras palavras, “o turismo pode se configurar como uma alavanca no desenvolvimento, fortalecendo a política e a economia de algumas comunidades, a fim de garantir melhores condições de vida aos moradores” (COELHO; CAETANO; SANTOS, 2016, p. 118).

Ainda na abordagem da sustentabilidade, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) fortalecem o diálogo apresentando os critérios necessários que as comunidades devem seguir para serem reconhecidas como locais aptos a desenvolver o turismo de base comunitária. Assim, para cada elemento-chave correspondente há um padrão a seguir, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 1 – Quadro referencial de análise para iniciativas de TBC

Elementos-chave	Crítérios	Objetivos/Subcritérios
Dominialidade	1. Propriedade	Identificar se a população local é proprietária dos empreendimentos/serviços turísticos ofertados.
	2. Gestão	Verificar se a gestão dos empreendimentos/serviços turísticos é realizada pela população local.
	3. Mão de obra	Verificar se a mão de obra alocada nos negócios turísticos é oriunda da comunidade.
Organização Comunitária	1. Organização Interna	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário. Se constatada a existência de Organização, levantar: modelo de gestão, formalização e frentes de atuação.
	2. Articulação externa	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios	1. Mecanismos financeiros	Verificar a existência de mecanismos financeiros/acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo.
	2. Acordos comunitários	
Integração econômica	1. Fornecimento de insumos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade.
	2. Comercialização de produtos	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes.
Interculturalidade	1. Compartilhamento do espaço	Verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar e este representa um espaço de encontro e convívio.
	2. Participação cultural	Identificar o acesso do visitante ao patrimônio material e imaterial da comunidade.
Qualidade ambiental	1. Saneamento ambiental	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: 1.1 Resíduos sólidos; 1.2 Efluentes; 1.3 Abastecimento de água.
	2. Manejo dos recursos naturais	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas perspectivas: 2.1 institucional, refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais locais. 2.2 Técnico, relaciona-se ao manejo específico adotado na gestão dos recursos naturais locais (técnicas, petrechos e ofícios).

Fonte: FABRINO; NASCIMENTO; COSTA (2016, p. 177).

No bojo conceitual do turismo, compreende-se que, diante das falas urgentes por espaço, o turismo de base comunitária se apresenta como uma possibilidade real, pois seu processo de instalação oportuniza aos residentes locais desmistificar ideologias produzidas pela elite e, ao mesmo tempo, desvincula suas riquezas naturais e suas produções culturais de conceitos mercadológicos. Neste sentido, Araújo e Gelbcke (2008) intensificam a importância do turismo comunitário relatando que ele está

voltado para os interesses dos residentes, dos pequenos empreendimentos, da valorização e manutenção da identidade local; ele é conduzido por grupos alternativos que se organizam para a elaboração e venda de novos produtos turísticos, novos roteiros, em “nichos” deixados de lado pelo capital global. (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p. 366 *apud* CORIOLANO, 2005).

Essencialmente, o turismo de base comunitária possibilita o rompimento com o modelo tradicional no qual tudo se concentra em volta da economia, mas resgata os modos e os costumes comunitários dando reconhecimento ao território. Isso significa “verificar suas particularidades em termos de potenciais para um turismo emancipador e educativo, suscetível de apropriação comunitária a partir de um projeto multissetorial capaz de criar vínculos entre determinados setores tradicionais da economia local” (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p. 365).

Dessa forma, o turismo comunitário é importante, pois utiliza um planejamento coletivo, contribuindo de forma positiva para a construção de uma sociedade que propicia o desenvolvimento sustentável a partir da própria comunidade em que está inserido.

2.4 Sustentabilidade, conceitos e paradoxos

A ordem atual é intensificar a exploração dos recursos naturais para atender a demanda do atual modelo econômico sem existir uma preocupação lógica pela manutenção dos recursos que viabilizam sua existência. Sabe-se que os problemas econômicos, sociais e ecológicos com origens no atual modelo de desenvolvimento são inúmeros e dentre eles citam-se o desgaste do solo e a poluição das águas. A busca desenfreada pelo lucro, por riquezas e pelo poder têm contrariado os princípios fundamentais da sustentabilidade, comprometendo a qualidade e manutenção da vida.

Nesta perspectiva, faz-se necessário buscar conceitos que atendam aos interesses atuais e das gerações futuras. Neste sentido, Lage (2001), relatando sobre o conceito de sustentabilidade, pontua que

O conceito de sustentabilidade tem as raízes fincadas na Ecologia e está associado à capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas. No entanto, o conceito aborda outras dimensões das atividades humanas além da ecológica, tais como a econômica, a social, a espacial, a cultural, a tecnológica e a política, apesar de se reconhecer as dificuldades na determinação do limite claro de sustentabilidade entre cada uma dessas dimensões, principalmente ao serem consideradas as relações de interdependência às quais essas dimensões estão sujeitas. (LAGE, 2001, p. 32).

Ainda buscando conceitos e princípios sobre a sustentabilidade, Barbieri (1997, p. 31) conceituando a sustentabilidade, “sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todos possam prover suas necessidades”, portanto esses princípios têm origem “com a globalização, em que a sustentabilidade ambiental é a capacidade do sistema manter o seu estado constante no tempo, a tal ponto de incorporar a problemática da relação homem x natureza” (ROOS; BECKER, 2012, p. 884).

Para Roos e Becker (2012, p. 864), sustentabilidade “é um processo que deverá atingir a sociedade como um todo, sem excluir nenhum elemento físico, mental ou espiritual desse processo de transformação, pois é necessária essa integração para que, finalmente, ocorra o desenvolvimento a partir da sustentabilidade”. Neste sentido, considerando as ponderações de Boff (2012), pode-se dizer que o termo sustentabilidade significa,

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

A busca por caminhos que promovam uma boa qualidade de vida para as atuais e futuras gerações é um dever de todos. Estes caminhos devem estar embutidos de valores éticos e morais visando um pensamento de proteção e garantia da permanência da vida e, principalmente, reforçando o sentimento de corresponsabilidade entre todos os setores. No entanto, destaca-se o dever do poder público na promoção de políticas para a construção de uma sociedade sustentável sem esquecer as dimensões socioculturais existentes. Assim, Souza (2020 *apud* IPARDES, 2001, p. 260), relata que:

[...]As perspectivas de um futuro de escassez e de grandes desequilíbrios socioambientais apontam para a necessidade urgente de atitudes que valorizem o meio e todas as suas formas de vida. É fundamental: • Reduzir bruscamente nossas fontes poluidoras, sejam estas de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos; • Minimizar nossos desperdícios, reciclar e reaproveitar ao máximo os recursos já explorados; • Preservar e conservar ambientes naturais para garantirmos a manutenção de serviços ambientais de inestimável importância como, estabilidade climática, qualidade dos recursos hídricos, de solo e de ar; • Modificar nosso atual modelo de

desenvolvimento econômico e encontrar o caminho para um modelo socialmente mais justo, ecologicamente mais saudável e economicamente viável. (SOUZA, 2020, p. 118 *apud* IPARDES, 2001, p. 260).

Precisa-se compreender que,

Onde não há legislação de uso e ocupação do solo, nem legislação ambiental, certamente haverá poluição do ar e água distribuindo doenças pela comunidade afora. Sim, pois estas contaminações podem alcançar outras regiões e territórios, via águas dos rios e represas, via chuva ácida, afetando plantações e águas subterrâneas, enfim a qualidade de vida, pois não há controle. A economia, por sua vez, passará a responder com a fragmentação humana, em que algumas áreas desenvolvem-se e seus mercados florescem com a globalização (ROOS; BECKER, 2012, p. 864 *apud* PHILIPPI JR., 2002, p. 28).

A sustentabilidade é dinâmica e interage nas diversas camadas sociais, tendo como marco a integração com os sujeitos dentro do processo como forma de garantir a construção e manutenção de um sistema equilibrado com viés sustentável. Neste sentido, Jacobi (2003) relata que,

(...) a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. (JACOBI, 2003, p. 195).

Para que a ideia defendida possa ser alcançada, é necessário que haja uma mudança de atitude de todos os envolvidos, possibilitando uma transparência na gestão ambiental, pois o conceito de sustentabilidade almejado “estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza” (JACOBI, 2003, p. 203-204).

2.5 Turismo sustentável, caminhos conceituais

Dentro dos diversos setores econômicos, o turismo é o escolhido para ser o tema desse trabalho, pois é preciso uma compreensão dos caminhos necessários para que essa atividade não vise apenas as questões econômicas, mas sim o social, o cultural e o ambiental. Dessa forma, a questão a ser respondida no momento é como promover o desenvolvimento

econômico e possibilitar um equilíbrio ambiental, garantindo uma qualidade de vida aos seres humanos atuais e futuros.

Nesse contexto, é essencial buscar os conceitos que envolvem “desenvolvimento” e “sustentabilidade” com a finalidade de entender que são palavras complexas e necessárias para a obtenção dos objetivos propostos. Neste sentido, Boff (2012) considera que

[...] desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas diferentes e que se contrapõem. O desenvolvimento, como vimos, é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – riquezas de um lado e pobreza do outro – e privilegia a acumulação individual. Portanto, é um termo que vem do campo da economia política industrialista/capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos. Se esta compreensão for correta, então fica claro que sustentabilidade e desenvolvimento configuram uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados. (BOFF, 2012, p. 45).

Ao analisar o que foi exposto, compreende-se que sustentabilidade e desenvolvimento são completamente opostos. Entretanto, isso não significa que não haja uma possibilidade de conversão entre eles, um meio que possibilite para ambas a obtenção de seus objetivos. Neste sentido, percebe-se que esse é um termo bastante debatido e em processo de consolidação em diversas esferas da sociedade, mostrando que é possível um desenvolvimento partindo dos princípios da sustentabilidade.

A terminologia desenvolvimento sustentável surgiu para enfrentar a crise econômica e encontrar saídas aceitáveis para a problemática do meio ambiente, fato esse que, de acordo com Lage (2001, p. 22 *apud* MEADOWS, 1972, p. 20), os problemas ambientais passaram a ser encarados globalmente. Segundo ele,

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será o declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até o futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito” (LAGE, 2001, p. 22 *apud* MEADOWS, 1972, p. 20).

A preocupação com os problemas da natureza que até então eram pontuais fez com que a ONU promovesse a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente em Estocolmo no ano de 1972. Nessa conferência, o termo desenvolvimento sustentável emerge como novo paradigma de orientação, passando, a partir daquele momento, a ser preocupação da coletividade, mas, somente a partir da Conferência Rio 92, o termo desenvolvimento sustentável é popularizado e se consagra por meio da Agenda 21. Nela, enfatiza-se a necessidade dos países construírem coletivamente ações na promoção do desenvolvimento sustentável, possibilitando que todos os povos se sintam responsável na construção de um pensamento que vise um futuro igualitário e justo para todos. Na agenda 21 foi destacada a “responsabilidade dos países desenvolvidos na crise ambiental mundial e solicita a todos a participação de forma igualitária, responsabilizando a todos em esfera política e social” (SOUZA, 2020, p. 117).

Após realizar algumas considerações acerca do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário compreender questões básicas sobre o turismo, logo “o turismo utiliza as paisagens, os lugares e os territórios como mercadorias, o principal produto a ser comercializado e consumido são as imagens e os símbolos, criados e estereotipados para o atendimento dos anseios dos turistas” (CANDIOTTO, 2009, p. 49).

A supervalorização das paisagens para o desenvolvimento do turismo é notória, no entanto, é necessário pensar em maneiras de desenvolvimento dessa atividade e, ao mesmo tempo, pensar em caminhos que resguardem a manutenção dos seres vivos. Neste sentido, Candiottto (2009) relata que,

A valorização de aspectos naturais e histórico-culturais levou instituições, políticos e empresários a divulgar a ideia de que o turismo poderia ser uma atividade sustentável, que por sua vez, contribuiria para o desenvolvimento sustentável, pois estaria fundamentado na conservação ambiental, resgate e valorização de objetos e representações culturais, e se constituiria em uma nova opção de emprego e renda para as comunidades receptoras. (CANDIOTTO, 2009, p. 49).

Ainda buscando um conceito para a temática do turismo sustentável, a OMT definiu o turismo sustentável como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, p. 24).

Ressalta-se a necessidade de buscar caminhos mais consistentes socialmente, pensando em um turismo construído coletivamente por meio de ações que apresentem

finalidades que valorizem e mantenham um sistema ecologicamente aceitável. Cunha e Jesus (2020) pontuam o turismo sustentável como,

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (CUNHA; JESUS, 2020, p. 140 *apud* OMT, 1995).

Ao incorporar o turismo sustentável como uma ação prática da sociedade, entende-se que esse modelo promoverá a responsabilidade coletiva de todos que, direta ou indiretamente, relacionam-se com esse modelo econômico, ou seja, “busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local” (HANAI, 2012, p. 211).

Ainda pensando nesse processo de incorporação do turismo sustentável pela sociedade, o conceito defendido aqui tem por obrigação contemplar quatro passos primordiais pontuados por Cunha e Jesus (2020): em primeiro, um entendimento por parte dos turistas na forma de avaliar e usar os ambientes naturais; em segundo, as comunidades precisam compreender os reais impactos gerados com o turismo; em terceiro, é necessário identificar e mapear os impactos socioambientais gerados pelo turismo, e, por último, após identificar e mapear os problemas ambientais gerados pelo turismo, criar e implementar mecanismos administrativos que gerenciem tais impactos.

Após a análise dos passos supracitados, é possível observar uma preocupação com o desenvolvimento sustentável do turismo em seu aspecto econômico, mas não esquecendo as dimensões culturais, ambientais e sociais, fortalecendo também os aspectos qualitativos das relações, como pontua Vera Rebollo e Ivars Baidal,

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (REBOLLO; BAIDAL, 2003, p. 108).

O turismo não é uma atividade recente, contudo seu valor cultural, econômico, social e ambiental é incontestável. Dessa forma, para que seus objetivos sejam realmente alcançados, “O planejamento do turismo deve ter como meta a criação de benefícios

socioeconômicos para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, deve manter a sustentabilidade do setor turístico através da conservação do meio ambiente e da cultura local” (OMT, 1996, p. 74).

É viável uma visão que integre os objetivos do turismo aos anseios das sociedades contemporâneas. Logo, “O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico não representa um “produto acabado” ou um “ideal pré-fabricado”, mas um processo contínuo de construção que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças (IRVING *et al.*, 2005, p. 6-7).

Considerando o quanto é complexo conceituar o turismo sustentável e procurando entender que ele não se resume a questões econômicas, Hanai (2012 *apud* MUÑOZ; MUÑOZ, 2003), assinala os princípios primordiais para o turismo sustentável. Segundo ele,

- O turismo sustentável deve entender-se como uma forma de turismo que é capaz de manter sua viabilidade em um local durante um tempo indefinido;
- Um local ou território unicamente pode conseguir um turismo sustentável quando todos os agentes (organismos públicos, empresas e residentes) têm um comportamento sustentável;
- A magnitude e o tipo de desenvolvimento turístico deveriam variar em cada local ou território de acordo com suas próprias características ambientais e socioculturais, e o próprio papel que o setor turístico e outros setores econômicos podem exercer;
- O desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de forma que não provoque sérios problemas ambientais e socioculturais na localidade turística;
- A qualidade ambiental global da região turística deve ser mantida e melhorada onde seja necessário;
- Os recursos naturais, históricos, culturais e de outro tipo que possam formar parte da oferta turística de um destino devem ser conservados para seu uso contínuo no futuro, além de trazer benefícios para a sociedade atual. Neste sentido, a proteção de patrimônio, tanto cultural como natural e o histórico-artístico, deve guardar um equilíbrio entre rentabilizar, seu aproveitamento e a manutenção que requer grande parte deste patrimônio;
- A adequada ordenação dos recursos territoriais, planejando o espaço e considerando a compatibilidade dos usos e aproveitamento racional dos recursos;
- Deve manter-se um alto nível de satisfação do turista, de forma que os destinos turísticos retenham sua possibilidade de ser comercializados e sua popularidade;
- As novas expectativas e exigências dos turistas requerem uma renovação constante da oferta. Além disso, é necessário adaptar-se à tendência dos destinos turísticos ecológicos e buscar a qualidade ambiental;
- Com relação a promoção e comercialização, a maior sensibilidade ecológica dos turistas exige uma adaptação na promoção que se emprega a região turística; e
- Os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos na sociedade e os distintos agentes que a integram. (HANAI, 2012, p. 221-222 *apud* MUÑOZ; MUÑOZ, 2003).

Entende-se que ao cogitar um turismo pensando na sustentabilidade, possibilita-se que o setor ofereça à sociedade uma maximização dos seus serviços, sejam econômicos, sociais, ambientais e/ou culturais. Diante disso, o turismo, com base na sustentabilidade, além

de apresentar e oferecer uma maior qualidade ao visitante, possibilita também ações concretas de uso consciente dos recursos naturais.

É importante entender que, ao referenciar o turismo sustentável, não estamos aqui querendo criar uma forma especial dessa atividade. Pelo contrário, estamos pontuando a importância de um planejamento pensado não apenas nas respostas imediatas, mas também nas de longo prazo, incluindo e responsabilizando a coletividade pelo bom uso e pela manutenção dos recursos naturais que trará como consequência a sustentabilidade da indústria turística.

Para finalizar, pontua-se mais uma vez que o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser um processo permanente, constante e qualitativo, possibilitando “Melhorar a qualidade de vida da população local, das pessoas que vivem e trabalham no local turístico; prover experiência de melhor qualidade para o visitante; manter a qualidade do meio ambiente da qual dependem a população local e os visitantes (CUNHA; JESUS, 2020, p. 144 *apud* OMT, 2001, p. 246).

3 ATIVIDADES TURÍSTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAIA DE MORRO BRANCO

3.1 Morro Branco e seus encantos: um breve relato

Seria possível externar aqui o processo histórico de qualquer comunidade, porém este trabalho tem por objetivo possibilitar que a comunidade de Morro Branco possa ser vista e ouvida por todos aqueles que acreditam que é possível construir relações socioambientais mais sólidas, viabilizando um ambiente mais justo e equilibrado, por isso é necessário compreender a formação histórica dessa rica comunidade.

Morro Branco, assim como a maioria das comunidades litorâneas, tem sua formação associada à presença marcante do pescador, elemento pontual na formação local. “O lugar era habitado por humildes pescadores. De manhã cedinho, eles saíam para o mar, desciam por uma enorme ladeira, até que para descer todo santo ajuda, mas para subir, piedade!” (NASCIMENTO, 1996, p. 11).

Ainda sobre os pequenos e ricos detalhes da história de Morro Branco, Luís Madeira corrobora com Nascimento ao relatar que,

Morro Branco teria nascido como vila de pescadores que construíram suas casas e a capela de São Pedro no alto de areias brancas por sobre as falésias que doou seu nome ao local. O “morro branco”, ainda não constituído como substantivo adjetivava uma determinada faixa de terra, alta, que servia como referência para os pescadores que estavam no mar. Espécie de farol natural hoje potencializado por um pequeno e moderno farol que brilha orientando o agitado atual fluxo de embarcações. (MADEIRA, 2012, p. 8).

Morro Branco não é apenas mais uma história de pescador, mas essas histórias possibilitam enaltecer e dar solidez aos fatos que tecem as ideias, como os que contam a origem do nome da comunidade. “Eram pescadores, ao irem ao mar, avistavam sinais de terras brancas (morros), que serviam de marcações para suas pescarias. Quando voltavam, observavam estes sinais de terras que lhe deram o nome de Morro Branco” (DOCUMENTÁRIO SOBRE MORRO BRANCO, 1990).

As contribuições das memórias dos pescadores, destacando sua cultura e sua criatividade de criar e recriar emoções, são recortes essenciais na lapidação deste trabalho. Neste sentido, Luís Madeira contribui, relatando que

Próprio ao pescador do Ceará e do Morro Branco é o costume do joguinho de baralho ou dominó, muitas vezes acompanhado da cachaça e sempre regado a muitas horas de palestras. Em Morro Branco, o local que reúne os melhores praticantes da arte foi batizado sugestivamente de “Praça da Mentira”. Consiste, de fato, em uma calçada mais ou menos estreita, com uma belíssima vista para o mar, na Cidade Alta, logo depois da Central de Artesanato. Ali, quando não estão no mar, reúnem-se para a prática do que possivelmente é a sua segunda maior habilidade e que praticam mesmo quando aposentados, a contação de histórias. A arte de criar histórias é de vital importância para a construção/reconstrução do imaginário pessoal e coletivo tanto de quem as conta quanto de quem as escuta. O universo mitológico objetivado nas narrativas é um legado de uma imensa riqueza cultural. As lendas e mitos, tantas vezes “cristalizadas” nos textos dos livros paradidáticos nas escolas, por vezes, quase não nos deixa perceber que os mitos e seus criadores estão vivos e atuantes. (MADEIRA, 2012, p. 19).

Essas histórias têm como função reconstruir ou construir novas redes sociais, propiciando uma organização tanto individual quanto coletiva.

No início do século XX, a comunidade era composta de poucos moradores que viviam em casas simples e de taipa. Eles observavam o quanto era complicado chegar melhorias para a comunidade, então se organizaram por conta própria e construíram a primeira Colônia de Pescadores que, com o passar dos anos, precisou ser reformada e utilizada como escola.

A primeira associação de pescadores da comunidade nasceu com objetivos bem fundamentados e entre suas finalidades está:

Desenvolver esforços pela melhoria dos níveis de educação, saúde e bem-estar da população de Morro Branco;
Defender a preservação ecológica, principalmente na orla marítima, as belezas e riquezas naturais;
A associação é administrada por uma diretoria composta por 5 (cinco) membros: Presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiro. (DOCUMENTÁRIO SOBRE MORRO BRANCO, 1990).

A organização possibilitou um avanço significativo na comunidade. O documentário sobre a comunidade relata que

As embarcações eram de timbaúba, por ser uma madeira frágil, foi substituída por uma madeira melhor chamada piúva, que era trazido do norte com muita dificuldade. Melhorando as embarcações surgiu a pesca da lagosta, que de início eram transportadas de animais, (cavalos, burros, jumentos), pois não havia estradas. Assim, com a pesca da lagosta surgiu o primeiro transporte, o Jeep, era de um Americano que aqui chegou para comercializar a lagosta. E logo foi construído um galpão para receber toda produção. Com a comercialização da lagosta e as dificuldades em transporta-la surgiu a estrada ligando a praia de Morro Branco a Beberibe. (DOCUMENTÁRIO SOBRE MORRO BRANCO, 1990).

O tempo passou e por meio da pesca da lagosta vieram as melhorias. Como relata Nascimento (1996, p. 13), “em pouco tempo, Morro Branco ganhou energia elétrica e asfalto, ligando o povoado ao município”, possibilitando uma dinamização econômica que refletiu diretamente em melhores condições para a população, onde os pescadores conseguiram” construir suas casas de tijolos, além do chafariz, da escola e do posto de saúde.

Os avanços possibilitaram também que a economia local se tornasse mais dinâmica, gerando mais empregos e a infraestrutura associada às belezas naturais possibilitou atrair novos moradores, e “ em pouco tempo Morro Branco começou a ganhar suas primeiras casas de veraneio e muitas pessoas vinham conhecê-lo. Nesse período, foi dado início à construção do novo hotel de Morro Branco” (NASCIMENTO, 1996, p. 17).

Com a agregação de novos segmentos socioeconômicos, Morro Branco passou a ter uma maior significância para o município de Beberibe, sendo referência nas diversas esferas, tanto nacional como internacional. Como relata Soraia (COLAÇO, 2008), na década de 80, Morro Branco começou a se destacar como forma de lazer, transformando a prática do turismo como principal fonte de renda de muitas famílias.

Todas essas mudanças acarretam efeitos, e, no caso em questão, além da parte econômica, pode-se pontuar também que:

Os habitantes agora dividiam a praia com pessoas de vários lugares. Logo depois começaram a chegar ônibus de piqueniques de cidades vizinhas. Depois da construção do Condomínio Residencial Marina, constituído de casas, prédios e clube, Morro Branco ficou ainda mais desenvolvido. Muitas famílias de Fortaleza compraram casas para finais de semana e feriados. Morro Branco possui diversos pontos fantásticos, um deles é o morro no qual servia de referência para os pescadores em alto mar, e que por ser branco, deu origem ao nome do lugar. Nele você tem uma visão panorâmica do lugar. Mas o que mais atrai as pessoas a este Morro é a visão de um belo pôr-do-sol, você fica deslumbrado com tanta beleza. (NASCIMENTO, 1996, p. 19-20).

Atualmente, Morro Branco é uma das praias mais procuradas do litoral brasileiro. Ela é frequentada por milhares de pessoas que buscam um lugar para descansar, fugindo da vida agitada imposta pelo capitalismo. Aqui estas pessoas encontram um ambiente acolhedor com fontes de águas doces, dunas, falésias de areias coloridas, um artesanato rico, além de um povo alegre e acolhedor.

3.2 Análise do projeto de requalificação da praia de Morro Branco

O Município de Beberibe devido às características naturais apresenta um forte potencial para o turismo. Sabe-se que o litoral é a área de maior especulação imobiliária, e historicamente observa-se que ocorreram construções que feriram a legislação ambiental, como construções de casas de veraneio e barracas próximas ao litoral (Figura 1), ocasionando sérios problemas ao ambiente. Em 2017, foi elaborado o Projeto de Requalificação do Setor Turísticos da Praia de Morro Branco, município de Beberibe-Ceará, objetivando o desenvolvimento sustentável e dando uma maior qualificação para as atividades turísticas.

Figura 1 - Barracas de praia



Fonte: Acervo do autor.

O projeto de requalificação surgiu em 2017 por meio de uma ação da SEMACE que, ao realizar algumas fiscalizações, por meio do termo de embargo nº M201505096903-TRM e do Auto de infração nº M201505096903-AIF, detectou que os empreendimentos comerciais presentes na orla da praia de Morro Branco estavam em um local inapropriado, e isso impossibilitaria o licenciamento ambiental para a regularização dos barraqueiros exigido pela Resolução COEMA nº 04/2012. Assim, “visando surtar os efeitos desses atos administrativos e permitir a continuidade da atividade econômica local a Prefeitura Municipal de Beberibe em conjunto com os barraqueiros autuados/embarcados assinaram o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta” (TCAC). (BEBERIBE, 2017, p. 7).

De acordo com o TCAC, na cláusula 1.1, o poder público municipal deveria realizar consulta prévia à SEMACE para a realocação das barracas para uma nova área. O relatório do projeto de requalificação da Praia de Morro Branco relata que:

O que ocorreu ainda em 2015 com a abertura do Processo nº 3021314/2015. Todavia, diante da negativa mediante Parecer Técnico nº5293/2016-DICOP/GECON, a administração municipal da época buscou junto aos órgãos competentes, Superintendência do Patrimônio da União no Ceará (SPU) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), um espaço ambientalmente adequado e tecnicamente viável para a realocação dos empreendimentos. Constatando-se a existência de um espaço adequado e aprovado pelos três entes envolvidos (Prefeitura Municipal de Beberibe, barraqueiros e SEMACE) para se pleitear a realocação e regularização dos empreendimentos. (BEBERIBE, 2017, p. 7).

A compreensão ambiental é um instrumento essencial para a concretização do projeto, pois carrega em suas veias as vivências, os desejos e as expectativas daqueles que constroem e fazem acontecer os fatos sociais. Em relação a isso, a associação dos barraqueiros da Praia de Morro Branco, após o processo de definição do novo local de instalação das barracas e objetivando fortalecer o turismo da comunidade, passou a se organizar e mobilizar a sociedade civil.

O projeto de requalificação da praia de Morro Branco apresenta quatro etapas importantes, sendo a primeira delas uma etapa preliminar seguida por mais de três, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Etapas do projeto de requalificação da Praia de Morro Branco

ETAPAS	DESENVOLVIMENTO
ETAPA PRELIMINAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilização, articulação e legalização das associações. 2. Criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR 3. Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo - FUNDETUR 4. Formulação da política municipal de desenvolvimento do turismo 5. Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo (2018/2021) 6. Elaboração dos projetos estruturantes e complementares 7. Monitoramento e fiscalização das políticas públicas 8. Aprovação dos projetos de lei (Título de utilidade pública, concessão de direito real de uso de bem público) 9. Desafetação do Centro de Educação para o Turismo para abrigar a sede das associações
Etapa 1	1. Realocação das barracas de Morro Branco e construção do Polo Gastronômico de Morro Branco.
Etapa 2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Urbanização da orla da Praia de Morro Branco 2. Centro de informações turísticas de Morro Branco
Etapa 3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação do mirante das falésias 2. Projeto de reestruturação da Feira de Artesanato

Fonte: Adaptado pelo autor.

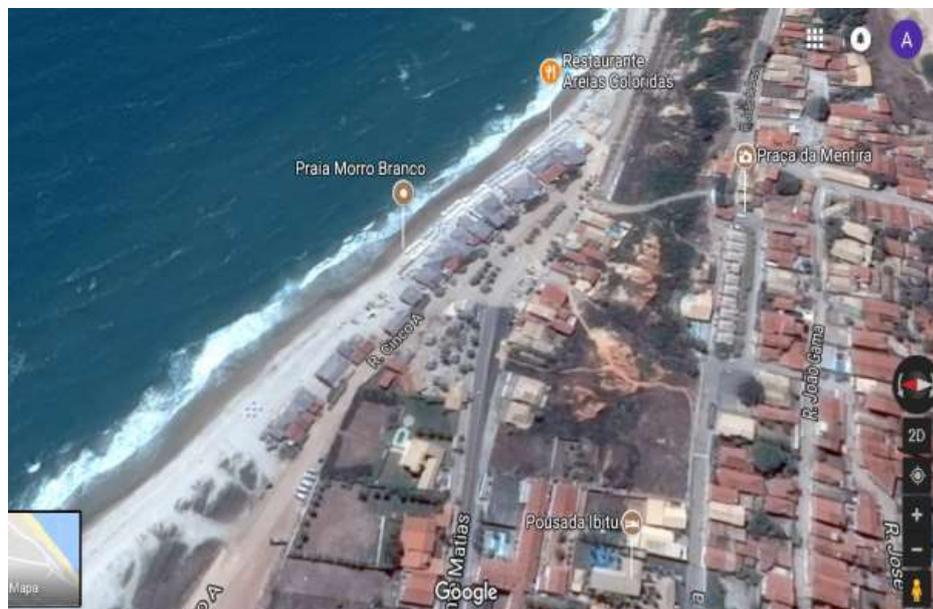
Ao analisar as quatro etapas do projeto, pode-se observar que em todas elas a participação da população é necessária, pois há uma integração na perspectiva pontuada por Montenegro Júnior (2004, p. 73 *apud* NARQUERO, 1990), em que “A capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à

mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz essa forma de desenvolvimento”.

Em relação à primeira etapa, observa-se que é uma das mais complexas, pois consistia na realocação das barracas, e, para isso, era necessário um trabalho de conscientização junto aos barraqueiros, pois nem todos concordavam em sair do local onde estavam (Figura 2). Após muitas reuniões, foi determinado o novo local para a relocação das barracas (Figura 3 e 4) que apresentava como objetivos:

- Propiciar aos turistas um espaço onde possam desfrutar de conforto, segurança e um excelente serviço de bar e restaurante durante sua estadia em Morro Branco;
- Proporcionar ao turista usufruir de um estabelecimento com padrão de excelência no quesito alimentos e bebidas - a&b;
- Possibilitar acesso fácil ao novo local das barracas;
- Oferecer à população um equipamento de lazer que funcione em todos os horários;
- Caracterizar a área como novo centro turístico e gastronômico da cidade.

Figura 2 – Área afetada



Fonte: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO DE MORRO BRANCO, 2017.

Figura 3 – Área pleiteada para a proposta de intervenção - projeto de requalificação urbana



Fonte: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO DE MORRO BRANCO, 2017.

Figura 4 – projeto de requalificação da praia de Morro Branco



Fonte: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO DE MORRO BRANCO, 2017.

Nas etapas dois e três, o projeto continua o seu processo de infraestrutura focando em duas dimensões: na receptividade ao turista e na construção do centro de artesanato (Figura 5). Isto possibilita que o turismo local se estabeleça economicamente e

ambientalmente. Portanto, estas etapas foram direcionadas de acordo com o projeto de requalificação da praia de Morro Branco com os objetivos de:

- Oferecer uma estrutura adequada e confortável aos artesãos com boxes maiores;
- Construir um local atrativo visualmente como ponto turístico que sirva também como local de apoio e descanso ao turista;
- Revitalizar o mirante, tornando-o referência como ponto turístico;
- Oferecer à população um local seguro e agradável que funcione como equipamento de lazer.

Figura 5 – Centro de artesanato



Fonte: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO DE MORRO BRANCO, 2017.

Não se pode negar a importância da estratégia de criar um novo espaço pautado na utilização consciente dos recursos naturais, possibilitando construir um turismo forte e interagindo com a sociedade, aproveitando as potencialidades regionais. Deve-se compreender que Morro Branco apresenta uma estrutura que se encaixa na tipologia do turismo de sol e praia, com características voltadas para o lazer e para o aproveitamento dos recursos naturais.

O projeto de requalificação da praia de Morro Branco se apresenta como excelente modelo, pois procura desenvolver e envolver os diversos setores em torno de uma única causa: a questão ambiental. Então, “diferentemente das propostas de grandes equipamentos isolados da comunidade e com pouca identidade com o local, este modelo é sem dúvida a maneira mais adequada de inserir a comunidade no processo decisório sobre a produção de espaços sujeitos ao aproveitamento turístico (MONTENEGRO JUNIOR, 2004, p. 9).

3.3 Plano Diretor Participativo como elemento de equilíbrio

Quando fala-se em turismo, deve-se compreender que ele deve ser pensado em uma perspectiva de agregação do máximo possível de setores, uma vez que compõe um sistema complexo e seu planejamento requer o engajamento do setor público, privado e principalmente a presença da comunidade. Neste sentido, o Plano Diretor Participativo se apresenta como um dos principais meios de inclusão social para a construção de políticas públicas eficientes e sustentáveis. Alexandre Rocha relata que,

É importante para que todos entendam e possam interferir no processo, é fundamental que o Plano Diretor seja construído em linguagem acessível e clara, da discussão à redação final. Esse instrumento deve ser construído num processo realmente participativo, em discussão entre iguais e por decisões conscientes e esclarecidas. Deve ser um conjunto de medidas simples, que todos entendam para saber defendê-lo e aplicá-lo. Para que não se transforme em medidas antipopulares e autoritárias por parte de quem elaborou. (ROCHA, 2020 p. 24).

É pensando em uma linguagem dinâmica e inclusiva que em outubro de 2007 o município de Beberibe instituiu o Plano Diretor Participativo. O plano é um dos principais instrumentos pensado na inclusão das comunidades e na construção de propostas públicas urbanas inclusivas.

Ao analisar o Plano Diretor Participativo do município de Beberibe, no quesito turismo, pode-se compreender que o plano foi pensado e estruturado para atender a demanda crescente desse setor. O artigo 5º relata que:

Art. 5º - São objetivos da Política Urbana do Município de Beberibe:

(...),

XII - Compatibilizar os usos e atividades humanas com a garantia da qualidade ambiental; XIII - controlar o uso e ocupação do solo e a exploração dos recursos naturais na Zona Costeira;

XIV - Assegurar a integração harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que por ela são influenciadas;

XV - Assegurar a mitigação dos impactos sobre a Zona Costeira;

XVI - promover a geração de emprego, trabalho e renda e o fortalecimento dos segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do município, sempre de forma sustentável. (BEBERIBE, 2007, p. 11).

Os elementos presentes no artigo possibilitam compreender que o Plano Diretor Participativo está pautado em diretrizes econômicas. No entanto, pontua-se também que para planejar o futuro da cidade é necessária a junção dos diversos atores sociais, construindo uma ligação simbólica entre os munícipes e o poder público. Observa-se que, no Artigo 7º, ele apresenta as bases para o planejamento e desenvolvimento urbano, para o controle do uso e da

ocupação do solo de modo a torná-lo sustentável, estabelecer os meios necessários à conservação e defesa do patrimônio coletivo (BEBERIBE, 2007).

O projeto urbano do município de Beberibe é composto por uma junção de diversas políticas voltadas para o pleno desenvolvimento sustentável. Em relação a isso, o Plano Diretor Participativo apresenta dois artigos compostos pelas diretrizes necessárias para desenvolver o turismo local. O artigo 18 apresenta as diretrizes para promover o desenvolvimento do turismo:

Art. 18 - Constituem diretrizes da Política de Desenvolvimento do Turismo:

- I - Ampliação da infraestrutura turística conservando e preservando o meio ambiente e o respeito à diversidade sociocultural e às tradições locais;
- II - ordenamento e controle das formas de ocupação de acordo com o equilíbrio sócio ambiental;
- III - estabelecimento de índices urbanísticos adequados ao equilíbrio ambiental;
- IV - adequação da infraestrutura à demanda por acomodações;
- V - contribuição do turismo para o desenvolvimento local;
- VI - formação dos recursos humanos na população local para o desenvolvimento do turismo no Município de Beberibe;
- VII - implementação de políticas socialmente inclusivas vinculadas à geração de emprego e renda;
- VIII - aproveitamento das sinergias do turismo para impulsionar outras atividades econômicas de Beberibe;
- IX - construção de uma rede de divulgação do turismo ecológico e cultural do município;
- X - descentralização do desenvolvimento turístico do litoral beberibense a partir da inclusão de novas rotas para o sertão;
- XI - incentivo a todas as modalidades de turismo, dentre elas a de lazer, cultural, ecológica, rural e de negócios;
- XII - incentivo ao circuito de atividades culturais, aos festivais gastronômicos e culturais regionais e as feiras de agronegócio através da montagem de um calendário anual. (BEBERIBE, 2007, p. 17).

Ao analisar o artigo supracitado, compreende-se que o turismo é um ponto peculiar para a economia local. O artigo 19º apresenta as ações estratégicas, das quais citam-se:

- Delimitar zonas cujas condições geoambientais viabilizem a implantação de empreendimentos turísticos;
- Estimular investimentos da iniciativa privada nas áreas de entretenimento e hospedagem por meio de incentivos fiscais e tributários visando o desenvolvimento do turismo no Município de Beberibe;
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Beberibe a partir de um diagnóstico que inventarie o potencial da oferta turística, a demanda projetada e a infraestrutura instalada e os projetos de ampliação em um prazo de 1 ano, com atualização obrigatória do diagnóstico a cada 5 anos;

- Implementar as trilhas de veículos de buggy no litoral com sinalização resguardando os roteiros já tradicionalmente percorridos;
- Fazer demarcação das trilhas de buggy, a fim de garantir o seu trajeto, bem como estimular e ordenar os passeios turísticos pelo litoral;
- Realizar reuniões com a comunidade para divulgação da Política de Desenvolvimento do Turismo e, com ela, definir ações a partir de suas necessidades;

Essas diretrizes servem de norte para conduzir o desenvolvimento do turismo no município, porém o plano aprovado em 2007 já completou mais de uma década. De acordo com o Ministério das Cidades, é recomendada a revisão do plano com ampla participação da sociedade, e em 2013 ele passou por pequenas alterações. “O que ocorreu em abril de 2013 foram alterações de gabinete para atender interesses particulares da gestão e de empresários que se dizem investidores em Beberibe” (ROCHA, 2020, p. 25).

Pelo que foi citado pelo autor, entende-se que as mudanças ocorridas ferem diretamente o que determina o próprio plano, em que toda e qualquer mudança deve ocorrer em comunhão com a sociedade e com a representação dos demais setores. Entre as diversas alterações propostas, observa-se que algumas estavam diretamente ligadas às atividades turísticas, e neste sentido Alexandre Rocha pontua que:

O primeiro ponto alterado no plano foi o anexo IV, que corresponde ao parcelamento, uso e ocupação do solo – Microzoneamento – ZUC – 01 (A) – Beberibe – Sede – Morro Branco². Área de grande especulação imobiliária que a lei protegia através de restrições quanto às formas de construção e ocupação do espaço. As mudanças ocorreram para afrouxar o uso do solo de maneira desenfreada como indica a segunda mudança no anexo VI, indicadores urbanos de ocupação do solo que se refere ao anexo IV, definindo as microzonas e os tipos de construções, suas dimensões, regras e medidas para o uso do solo. A terceira modificação no anexo XIV, tabela de recuos segundo as vias públicas do mesmo anexo IV, delimitando as construções residenciais e comerciais nesses locais. (ROCHA, 2020, p. 25).

Todas as ações contidas no plano de 2007 e as alterações ocorridas em 2013 apenas reforçam aquilo que já havia sido direcionado pelo Plano de Desenvolvimento Urbano de Beberibe – PDDU do ano de 2000, que, na ocasião, já havia destacado o potencial que o município tinha para o turismo de lazer, sendo a principal atividade geradora de renda. O artigo 5º do PDDU de 2000 já trazia como meta assegurar um grau de desenvolvimento econômico sustentável através da oferta de serviços de qualidade, mas atrelando esse objetivo em quatro linhas básicas: a primeira, Beberibe será um importante centro de turismo de lazer do Nordeste Brasileiro; a segunda, que Beberibe terá uma economia primária dinâmica e

moderna, integrada aos mercados consumidores nacional e internacional; a terceira, Beberibe terá uma economia industrial forte, descentralizada e compatível com seu meio ambiente; e a quarta discorre que Beberibe será um município atraente e equilibrado física e socialmente (BEBERIBE, 2000).

A proposta de implantação do plano diretor é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e o uso consciente dos recursos naturais. Assim, como Beberibe apresenta características voltadas para o turismo o PDP, deve orientar e traçar as prioridades a serem alcançadas pelo setor, “porém, a lei não foi aplicada e nem dialoga com as leis complementares a exemplo do Código Tributário do município. Os projetos estruturantes, fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades turísticas a fim de gerar emprego e renda para o município não foram implementados” (ROCHA, 2020, p. 29).

Diante do exposto, entende-se que avançou-se significativamente com a instalação do PDP no qual a coletividade passou a utilizar conscientemente os recursos naturais. No entanto, ainda há muito para avançar; conceitos para serem vistos e repensados, bem como projetos e planos para serem postos em práticas, possibilitando a inclusão e a valorização da sociedade.

4 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Coleta de dados

A coleta de dados se deu em setembro de 2022 por meio de catalogação e análise de imagens, entrevistas não diretivas e do instrumento de questionário aberto. Em relação aos critérios de inclusão, pontuou-se que foram considerados apenas homens e mulheres que desenvolvem atividades econômicas ligadas ao turismo com idade a partir dos 20 anos, possibilitando pontuar as diversas opiniões sobre os aspectos sociais, econômicos e culturais analisados. Ressalta-se que foram excluídos homens e mulheres com idade abaixo de 20 anos, mesmo que eles desenvolvam atividades econômicas ligadas ao turismo, por não possuírem as vivências necessárias para a coleta de informações sobre a comunidade.

Para o processo de coleta de dados foram empregadas as seguintes técnicas: na primeira etapa, foi feita a observação direta da realidade dos sujeitos, da feira de artesanato, das barracas, das associações de bugueiros e da praça do Morro Branco, onde comumente se encontram. Essas observações foram essenciais e, por meio delas, foi feita a descrição do lócus da pesquisa tendo como mecanismos de registro o diário de campo e as fotografias. Na segunda etapa, objetivando conhecer os sujeitos da pesquisa através de dados como escolaridade, idade, renda, ou seja, as características sociodemográficas, foi aplicado um questionário semiestruturado. Na terceira e última etapa, objetivando entender a compreensão deles sobre turismo sustentável, os participantes foram convidados a participar de uma entrevista semiestruturada, identificando as atividades desenvolvidas no âmbito do turismo que possivelmente prejudiquem o meio ambiente. Nesse sentido, ressaltou-se a importância de pontuar que os participantes foram convidados aleatoriamente e voluntariamente a participar da pesquisa, sendo identificados no presente trabalho apenas com as letras iniciais de seus nomes seguidos da respectiva idade.

4.2 Caracterização do *locus* da pesquisa

A pesquisa foi realizada na comunidade de Morro Branco, localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará. De acordo com o IBGE, o município apresenta uma altitude de 11,94m em relação ao nível do mar e coordenadas geográficas de 4°10'47" lat. S e 38°07'50" long. W. Distante 75 km de Fortaleza, capital cearense, ele possui uma área de 1.596,751 km², um extenso litoral com 54 km, população de 54.315 habitantes e uma

densidade demográfica de 30,37 habitantes por km², distribuídos em sete distritos: Beberibe (sede), Parajuru, Paripueira, Sucatinga, Itapeim, Serra do Félix e Forquilha. O município faz limites, ao norte, com o Oceano Atlântico; ao sul, com Morada Nova, Russas e Palhano; ao leste, com os municípios de Aracati e Fortim; e, a oeste, com Cascavel e Ocara, conforme figura 6 (BARROSO, 2010).

Figura 6 - Localização limítrofe do município de Beberibe



Fonte: Perspectiva para o meio ambiente urbano: GEO Beberibe, 2010.

Beberibe apresenta uma biodiversidade privilegiada com dunas, falésias de areias coloridas, uma variedade de fontes naturais (riachos, fontes de águas naturais, lagoas, córregos), uma vasta vegetação da zona litorânea (manguezais), mata ciliar com carnaúbas apresentando com predominância vegetação arbórea/arbustiva (caatinga), bem como ocorrência de cerrado. Apresenta ainda clima tropical quente, semiárido brando e com temperaturas variando entre 26° e 28° graus Celsius (BARROSO, 2010).

A comunidade de Morro Branco, *locus* da pesquisa, está localizada no distrito Sede, 5km do centro da cidade. A comunidade, conforme a Figura 7, apresenta o turismo como principal elemento de desenvolvimento econômico social. Pode-se destacar as atrações da praia, como o labirinto de areias coloridas de Morro Branco, que é formado pela erosão nas falésias; as dunas e a produção de areias coloridas. Destaca Colaço:

O potencial turístico de Beberibe se destaca pela beleza natural de suas praias, pela hospitalidade de um povo guerreiro, pela pele queimada de sol, pelas mãos marcadas pelo trabalho de pôr às jangadas no mar, pela espiritualidade vinculada à natureza, pela cachaça, pelo peixe, pelas dunas, pelas falésias e águas cristalinas, pelas tradições religiosas, pela cultura (COLAÇO, 2013, p. 195).

Figura 7 – Praia de Morro Branco



Fonte: Google Maps

O processo de modelagem do turismo em Morro Branco é complexo e não pode ser visto como algo fútil, pelo contrário, deve ser encarado como uma necessidade “que todo ser humano possui de sair um pouco da rotina estressante do dia a dia, tendo a oportunidade de travar novos contatos, ou ainda, de se ver diante de circunstâncias inesperadas, o que ajuda o indivíduo em seu autoconhecimento como ser humano e social” (COLAÇO, 2013, p. 190).

O turismo se apresenta como a principal atividade econômica da comunidade na qual centenas de pessoas sobrevivem da renda gerada pelo turismo, como mostra a Tabela 03:

Tabela 3 - Número do trade turismo de Beberibe 2021

Descrição	Quantitativo
Empresa de transporte coletivo	01
Taxi	231
Mototáxi	37
Buggy (cadastrados)	338
Informantes de Turismo	172
Artesãos	80
Ambulantes	74

Bares e restaurantes de Morro Branco	120
Associação de bugueiros	16
Meios de hospedagem	
Unidades	60
Habitacionais	1.138
Leitos	3.829

Fonte: Secretaria de Turismo do Município de Beberibe.

Ao analisar a tabela contendo os dados estatísticos dos equipamentos de turismo do município de Beberibe, bem como os dados dos prestadores de serviços, pode-se perceber o grau de importância que o turismo representa para a comunidade em estudo, e isto reforça o que consta no PDP, que a atividade turística é a principal fonte de renda para a comunidade.

4.3 Análise dos dados

Para a análise dos dados foram seguidos os seguintes passos: no primeiro momento, analisou-se o perfil dos entrevistados (primeira parte do questionário) onde foi possível se apoderar de informações como renda, idade e escolaridade. Em seguida, foi realizada a análise documental, as observações e as entrevistas. Finalizou-se com a utilização de dados matemáticos para a geração das informações envolvendo porcentagens, e para a geração de tabelas e gráficos utilizou-se o software do Excel©.

4.4 Aspectos éticos da pesquisa

Com relação aos aspectos éticos da pesquisa pontuamos que foram seguidas as orientações do Conselho Nacional de Saúde onde trata especificamente sobre as diretrizes das pesquisas que envolvem seres humanos, como consta na Resolução 510/2016. Ressalta-se que os participantes foram convidados a conhecer o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), destacando o quanto era importante a participação deles nesta pesquisa e a solicitação de autorização para a divulgação dos resultados. Em seguida, após terem assinado o TCLE, os participantes foram convidados a responder o questionário semiestruturado conforme APÊNDICE A e B.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Tendo em vista que este trabalho preza por um viés qualitativo, o contexto sociodemográfico dos sujeitos foi caracterizado conforme o questionário utilizado na coleta de dados apresentados na Tabela 4, a seguir. Dessa forma, a caracterização dos sujeitos da pesquisa faz com que seja possível conhecer quem eles são, quais seus desejos, seus objetivos e suas perspectivas relacionadas ao atual momento em que o turismo se apresenta em Morro Branco, inclusive nas políticas voltadas para a sustentabilidade.

Tabela 4 – Perfil dos entrevistados

Sexo		Idade média	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
63% - (53)	37% - (27)	31/40	41/50
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental completo
	10% - (8)		15% - (12)
	Ensino Médio incompleto		Ensino Médio Completo
	25% - (20)		50% - (40)
Atividades ligadas ao turismo que mais apareceram	Bugueiro	Guia de turismo	Produção ou venda de artesanato
	75%	10%	15%
Exerce alguma outra atividade remunerada fora o turismo?		Em relação à formalidade do serviço:	
Sim	70%	Informalidade	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

De acordo com os dados da tabela acima, participaram da pesquisa 80 pessoas, sendo 63% delas do sexo masculino e 37% do sexo feminino, o que demonstra um certo desequilíbrio quanto ao gênero dos entrevistados. É importante salientar que este quadro pode não se repetir em outros distritos do município de Beberibe, pois observa-se que em Morro Branco esse cenário corresponde aos tipos de atividades desenvolvidas dentro da indústria do turismo.

A faixa etária dos participantes varia entre 31 e 40 anos para o sexo masculino e entre 41 e 50 anos para o sexo feminino. Em relação à escolaridade dos participantes, observou-se que 10% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental e apenas 15% deles concluíram esta etapa. Observou-se também que 25% dos entrevistados possuem apenas

ensino médio incompleto, enquanto 50% possuem o ensino médio completo. Esses dados se contrapõem a atual tendência econômica que exige uma mão-de-obra qualificada, que atenda as demandas recorrentes do setor, que saiba se relacionar com o público, que tenha o domínio e o conhecimento de diversas funções dentro do setor econômico, e entreguem um serviço de maior qualidade ao turista.

A educação é um fator a ser considerado aqui, pois representa a luta e a esperança por mudanças. Em relação a isso, Lima (2021) relata que a “escolaridade tem uma íntima relação com aspectos políticos no país, considerando a eleição do primeiro operário no Brasil, sendo esta uma emergente resposta social da necessidade de mudança e concretização de um governo para todos de fato” (LIMA, 2021, p. 33).

De acordo com a pesquisa, 75% dos entrevistados trabalham como bugueiros, realizando passeios com os visitantes pelas praias e lagoas de Beberibe. Destaca-se que 15% trabalham com a produção e/ou venda de artesanato, e vale ressaltar a produção e comercialização de areias coloridas, que é um dos produtos mais procurados por turistas que visitam Morro Branco, e 10% trabalham recepcionando e guiando os turistas ao labirinto das falésias.

5.2 O impacto do turismo na praia de Morro Branco

Beberibe apresenta um litoral rico e variado em sua biodiversidade, com cenários perfeitos e dignos de qualquer roteiro de filmes. Possui um extenso litoral com 54 km e é composto por praias, rios, dunas, mangues, lagoas e falésias com areias coloridas. Diante do exposto, Lucineide de Abreu descreve com muita desenvoltura esse rico litoral:

As dunas que favorecem emocionantes passeios de bugres, falésias que afloram o lençol freático formando várias fontes de água doce e suas belezas esculpidas pela própria natureza, beleza rara no litoral brasileiro. Coqueiros que a paisagem confere especial beleza, várias lagoas formadas com o represamento das águas pelas dunas que completam o desenho deste cenário. Em destaque a Lagoa do Uruaú, uma das maiores do Estado, propicia para esportes aquáticos. Suas principais praias são Morro Branco e Praia das Fontes que marcaram cartões postais em alguns filmes e novelas da Rede Globo. A poucos quilômetros da sede do município, nos deparamos com a praia da Tabuba, do Diogo, Prainha do Canto Verde, Barra da Sucatinga, Uruaú também conhecida por Marambaia, Parajuru ou Barrinha, Praia da Gamboa a 44 km de Parajuru, Paraíso, Ariós, todas surgiram a partir de um pequeno povoado de pescadores, daí consolidou o turismo de lazer e veraneio. (SILVA, 2008, p. 14).

Beberibe é esse lugar paradisíaco como descreve Silva (2008), porém nem sempre foi assim. Na segunda metade do século XX, a comunidade de Morro Branco foi

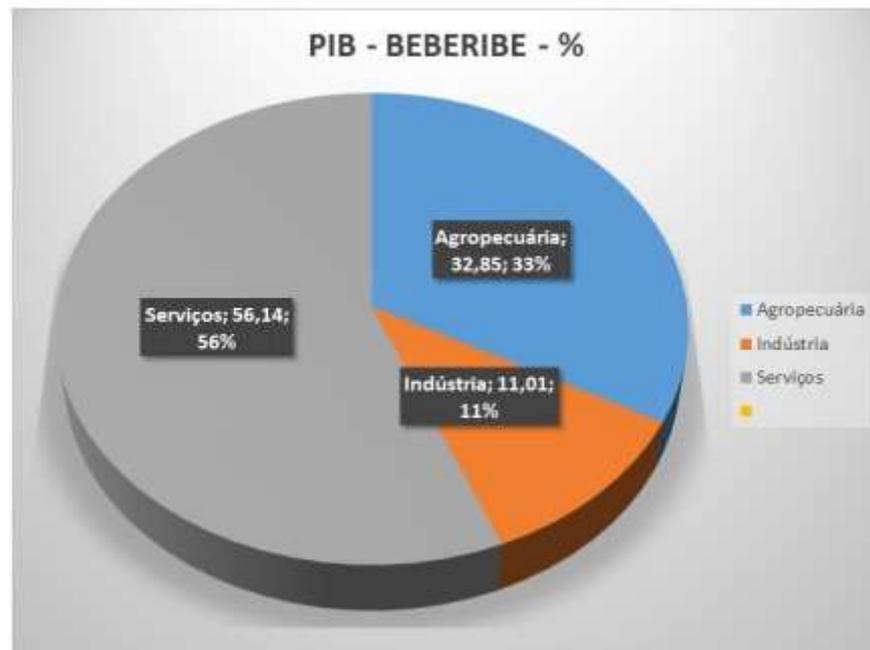
impulsionada pelo processo de expansão do capitalismo, pois a vida agitada e envolvida pela globalização exigiu novas formas de se relacionar com o meio. Em virtude disso, o turismo de lazer e as casas de veraneio foram os elementos que caracterizaram essa nova fase para a economia local. Neste sentido, Novaes (2012) relata que:

A Praia de Morro Branco foi o marco inicial da atividade de lazer no município, provavelmente pelo acesso facilitado por conta da proximidade à sede do município. Inicialmente, foram construídas muitas casas como opção de segunda residência, ou seja, para veraneio de pessoas oriundas, principalmente, de Fortaleza”. (NOVAES, 2012, p. 117).

O turismo em Morro Branco é um amplificador das questões econômicas em Beberibe, pois essa atividade apresenta grande significado para a composição do PIB municipal, sendo parte integrante do setor terciário. O turismo juntamente com outros elementos é responsável por 56,14% do Produto Interno Bruto local, por isso, devido ao seu grande valor percentual, o setor terciário é considerado o mais importante. Neste sentido, é importante buscar um conceito básico e entender os motivos que determinam a inclusão do turismo nesse determinado setor. De acordo com Aires Filho; Coriolano (2017 p. 46-47 *apud* BOULLON, 1997, p. 122):

Fica claro que o turismo não pertence ao setor primário, pois ainda que utilize os atrativos naturais, não os extrai (como a mineração) nem os produz (como a agricultura ou pecuária); portanto, o turismo não “explora” os atrativos naturais, somente os “usa”. Da mesma forma o turismo não é um resultado da construção porque esta produz obras físicas como estradas, pontes, represas, casas, aeroportos, hospitais, etc., os quais prestam diversos serviços. A indústria e atividade de transformação que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria-prima e, outros, produtos industriais intermediários. Em geral, e o produto final que qualifica os diferentes tipos de indústria. Se o turismo fosse indústria, deveriam existir, mas não existem fabricas de turismo ou processos industriais cujo produto final é o turismo. Como contraponto, podemos citar numerosos produtos industriais que são utilizados pelos turistas, que se originam em diferentes ramos da indústria, e não em uma especial chamada indústria do turismo. Turismo é uma forma de consumir, algo assim como um canal para o qual conflui demanda especial de muitos tipos de bens e serviços elaborados por outros setores, mais o consumo de alguns serviços especialmente desenhados para satisfazer necessidades próprias dos viajantes. Portanto, o turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que se pudesse catalogá-lo como pertencente a indústria. Portanto, não existe o que se convencionou chamar de “indústria do turismo” (AIRES FILHO; CORIOLANO, 2017 p. 46-47 *apud* BOULLON, 1997, p. 122).

Diante disso, compreende-se que o turismo juntamente com outros elementos que compõem o setor de serviços são essenciais na geração e produção de renda. O Gráfico 1 apresenta o setor de serviços como um dos principais setores:

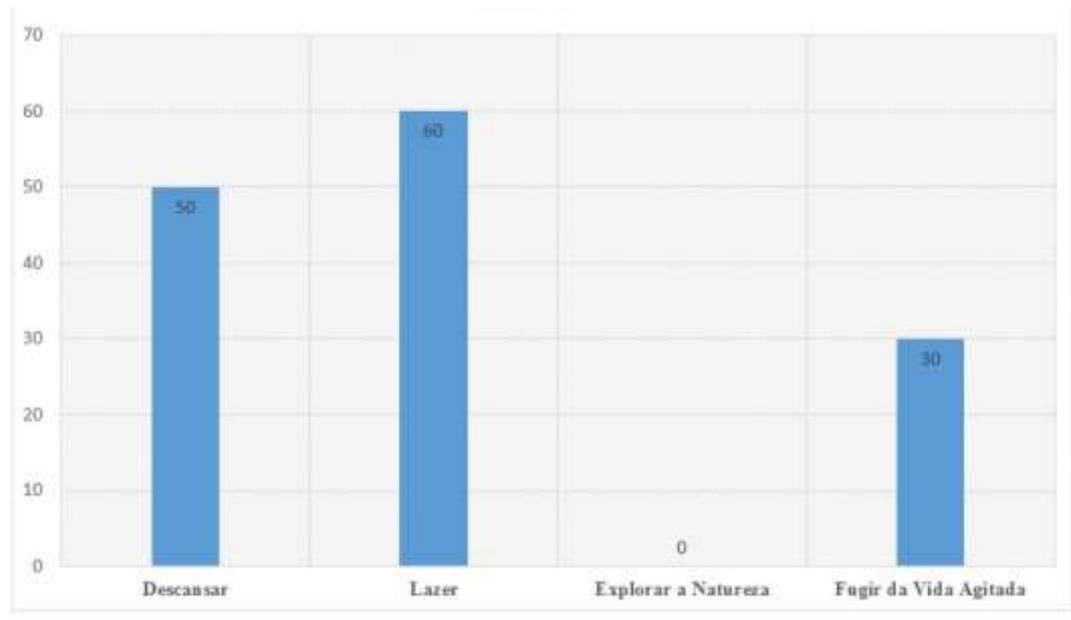
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto - PIB

Fonte: IPECE (2017).

Ao analisar o gráfico, compreende-se o quanto o turismo representa para a economia do município e, embora exista o turismo de base comunitária, como é o caso da Prainha do Canto Verde, o que possui maior representatividade em Beberibe é o turismo de sol e praia. Esse tipo de atividade busca o lazer e para isso necessita dos recursos naturais presentes no município. Corroborando com isso, Novaes (2012) relata os elementos presentes no município que o tornam um dos lugares mais procurados do estado do Ceará:

Morro Branco apresenta grandes atrativos naturais na paisagem: em sua faixa de praia estão as falésias com areias multicoloridas, dunas e fontes minerais de água. Possui um núcleo de pescadores, mas a atividade principal está voltada para o turismo, com artesanato, pousadas, barracas de praia com qualidade para serviços de restaurante e bar, passeios de bugres e guias locais. Na praia, em meio a formação das falésias, foi criado o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, fazendo parte do polo de ecoturismo do Litoral Leste, abrangendo uma área de 31,29ha, formado por um platô com vista panorâmica para o mar e um conjunto de falésias com areias coloridas, além de um caminho a ser percorrido com características de “labirinto”, como é chamado pelos moradores locais. (NOVAES, 2012, p. 118).

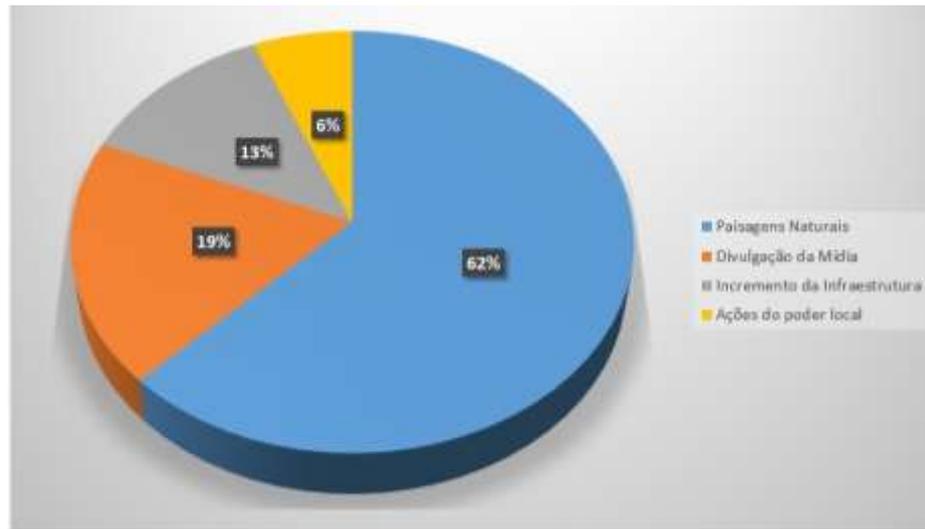
O fato supracitado coincide com o pensamento dos entrevistados como consta no Gráfico 2. Segundo eles, a maior parte dos turistas que visitam Beberibe estão à procura de lazer, diversão, muita praia; e que procuram o município também para descansar, comprovando uma das características do turismo em Morro Branco: uma grande concentração de casas de veraneio.

Gráfico 2 – Motivos para visitar Morro Branco

Fonte: dados do autor.

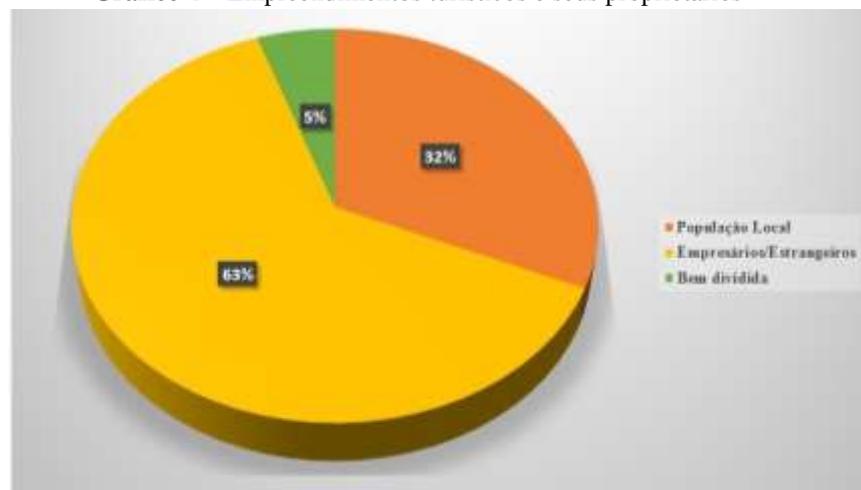
Diante do exposto, Novaes (2012) pontua que, a partir de 1970, Morro Branco é inserido definitivamente no turismo litorâneo, tendo como elemento condutor a construção de casas de veraneios, onde diversas pessoas buscavam fugir da vida agitada da capital cearense, e encontraram em Beberibe um lugar para o descanso e o lazer. O movimento veranista possibilitou a instalação de equipamentos turísticos, incrementando a economia local, ou seja, “o uso do litoral, levando-o a um processo de urbanização com elevada concentração de segundas residências e de equipamentos urbanos que servem de infraestrutura ao turismo e ao lazer”. (CORIOLANO, 1998, p. 99).

É imprescindível pontuar que o turismo em Morro Branco passou por um processo longo em sua construção, ocorrendo a junção do setor público e privado. Os entrevistados pontuaram que diversos fatores colaboraram para o processo de instalação da indústria do turismo local, e um destes foi o das paisagens naturais, pois Morro Branco possui uma paisagem única que encanta qualquer olhar. Outro elemento pontuado pelos entrevistados foi o poder que a mídia exerceu nesses lugares, seguido pelas ações dos poderes municipal e estadual na adequação desses ambientes para receber os turistas, representado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Fatores que favoreceram a instalação do turismo

Fonte: Dados do autor.

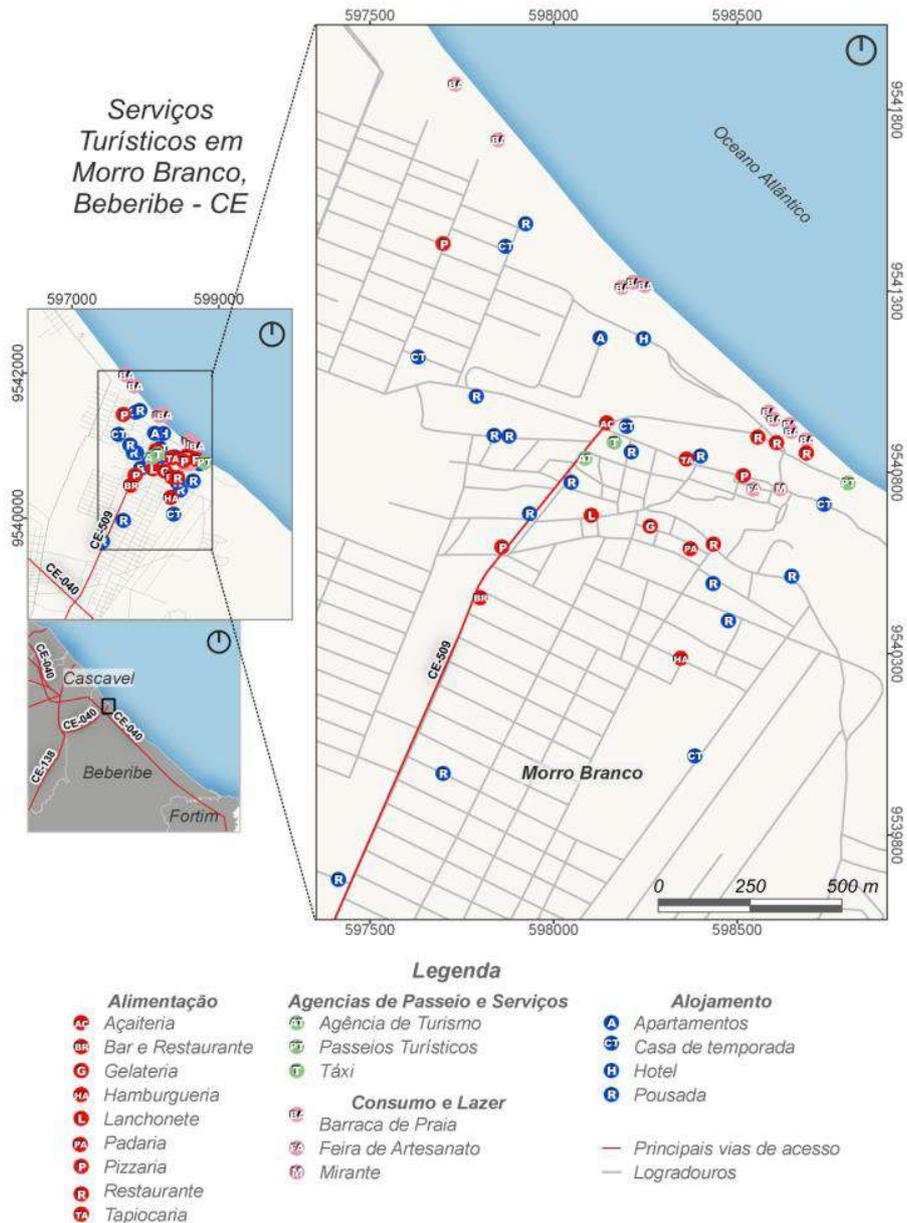
O turismo de sol e praia é a principal atividade econômica na comunidade estudada, como já afirmado anteriormente. Morro Branco surgiu de uma vila de pescadores que, com o processo de expansão do sistema capitalista nas décadas de 70 e 80 e a instalação do sistema econômico voltado para o lazer incrementado por barracas, parques aquáticos e meios de hospedagem, passou a ter novas oportunidades para a população local por meio da geração de emprego e renda. Porém, segundo os entrevistados, mais de 68% dos equipamentos instalados estão concentrados nas mãos de empresários e apenas uma pequena parcela nas mãos da população local. Esse cenário representa uma caracterização fundamental do capitalismo: a exploração. No Gráfico 4, a seguir, pode-se observar esta situação:

Gráfico 4 – Empreendimentos turísticos e seus proprietários

Fonte: Dados do autor.

Morro Branco se destaca das demais praias pelo conjunto de elementos que direcionam as atividades turísticas, pois além dos componentes naturais, como dunas e falésias, dispõe de uma completa estrutura de restaurantes, bares e barracas que oferecem um lazer seguro e agradável aos visitantes, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Serviços turísticos em Morro Branco



Fonte: POMPEU; GONÇALVES; PEREIRA (2021, p. 531).

Ao analisar a figura anterior, pode-se concluir que a oferta de turismo apresentada em Morro Branco é de fato um modelo que possibilita o desenvolvimento e a instalação de

equipamentos que dão suporte para a amplificação da economia local, no entanto o processo de instalação destes equipamentos nem sempre está nas mãos dos moradores locais.

Por meio da pesquisa de percepção representada pelo Gráfico 4, anteriormente apresentado, foi diagnosticado que esses equipamentos estão nas mãos de empresários que nem sempre apresentam identificação com a história e os valores locais, pois o objetivo deles é apenas as questões econômicas.

Por outro lado, compreende-se que esses grandes e complexos empreendimentos turísticos, além de possibilitar um melhor acolhimento ao turista, possibilitam também aos moradores locais usufruírem das melhorias advindas da atividade turística, ou seja, “Outro fator favorável do turismo no município é a melhoria na qualidade de vida da população. O município ao preparar a infraestrutura da cidade para bem receber os turistas, acaba beneficiando uma melhoria na qualidade de vida da população local” (SILVA, 2008, p. 15).

Diante do exposto, os diversos estabelecimentos e empreendimentos reiteram a grandeza e a importância que o turismo representa para a comunidade local e conseqüentemente para o município. Pois a apropriação desses espaços para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, “como hotéis, pousadas, resorts, restaurantes, bares e agências de turismo” fortalece a economia e o lazer local. “Dessa forma, tais empreendimentos ocasionam o processo de urbanização nessa localidade, pois estabelecem fixos nos pontos de passagem desse espaço litorâneo” (POMPEU; GONÇALVES; PEREIRA, 2021, p. 535)

5.3 Empreendimentos turísticos e problemas socioambientais encontrados na praia de Morro Branco na percepção dos entrevistados

As atividades ligadas ao turismo possibilitam a geração de renda, mas, para atingir os objetivos de geração de emprego e de entretenimento, depende sobretudo da apropriação dos recursos que a natureza oferece. Assim, como citado o grau de importância que essa atividade representa para a comunidade local, entende-se que o turismo tem o poder de redefinir relações sociais, “principalmente no uso do tempo, dos espaços e dos territórios. Isto porque não é satisfatório o simples fato de reconhecer que algumas das práticas adotadas em busca do desenvolvimento, visando ao crescimento econômico, são prejudiciais ao meio ambiente e ao homem” (RIOS, 2006, p. 37).

Faz-se necessário entender que nem sempre é possível identificar os impactos gerados pela instalação de equipamentos ligados ao turismo, uma vez que o fator econômico tem um grau maior de relevância e importância se comparados com outros indicadores, como por exemplo o meio ambiente. Os entrevistados observaram avanços na vida da população por meio da geração de emprego e renda ocasionados pelas melhorias na infraestrutura local, porém não apontaram apenas aspectos positivos, pois existem situações que requerem uma atenção maior do poder público, como representado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percepção de impacto com a instalação da indústria do turismo



Fonte: Dados do autor.

Ressalta-se que a comunidade de Morro Branco, em seu processo de formação, caracterizou-se pela presença marcante do pescador. Essa figura importante da cultura cearense, com o passar dos anos, está desaparecendo, pois muitos estão procurando outra profissão ou se transferindo para outras comunidades. Essas alterações são consequências das novas formas de geração de renda, e, em relação ao turismo que necessita de espaço e mão de obra para explorar, ocasiona a expulsão das comunidades para a instalação de equipamentos turísticos. Neste contexto, Lucineide de Abreu relata que,

Outro problema agravante é a expulsão gradativa da população nativa de seus antigos habitantes que impedidos de escolherem seus destinos, transferem-se para outras localidades, provocando o crescimento desordenado da cidade e expandindo loteamentos, deixando seu local de origem aos interesses turísticos que por todo o litoral vem destruindo dunas e falésias para a construção de residências de veraneio e hotéis, com projetos que refletem exatamente a situação política e econômica mais voltada para os interesses empresariais que para a população local. Os prejuízos são maiores que os benefícios, pois o lucro das empresas e as degradações ambientais,

são imensamente superiores aos baixos salários oferecidos e ao estímulo dado ao desenvolvimento local. (SILVA, 2008, p. 18).

As transformações ambientais são outros elementos observados na faixa de praia próximo da área de proteção ambiental do Monumento Natural das falésias. Relacionado a esse aspecto, pode-se pontuar como um dos principais problemas ambientais a ocupação da área mencionada por barracas, terraplanagem, pavimentação asfáltica do solo, desmonte de dunas para instalação de equipamentos ligado ao turismo, casas de veraneio, hotéis, bares e acúmulo de lixo nas proximidades das falésias, como mostram as Figuras 9 e 10.

Figura 9 – Construções nas falésias



Fonte: Acervo do autor

Figura 10 – Construções nas falésias



Fonte: Acervo do autor

Importante salientar que o crescimento desordenado desse tipo de construção causa grandes impactos ao meio ambiente, pois a descaracterização das paisagens ocasiona o aumento erosivo das falésias, diminuindo a área de infiltração das águas, e, conseqüentemente, causam desastres no relevo, como mostra a Figura 11.

Figura 11 – Erosão nas falésias



Fonte: Acervo do autor.

As situações diagnosticadas na pesquisa e evidenciadas na figura anterior causam diversos prejuízos ao município. Esse cenário evoca discussões tão necessárias para a causa que o Plano Diretor Participativo (BEBERIBE, 2007) relata que,

É evidente que a utilização não planejada desses recursos e dessas áreas diminui o volume das ressurgências hídricas, pela impermeabilização indevida do solo, reduzindo a quantidade de água disponível para consumo humano, inclusive pela contaminação por fossas sépticas e despejo de efluentes. Devem, portanto, as atividades antrópicas dessas áreas, tão preciosas e importantes quanto frágeis, ser consideradas de alto risco, em virtude, inclusive, da possibilidade de deslizamento e desmoronamento das encostas e poluição do lençol freático. (BEBERIBE, 2007).

Todas essas construções causam impactos e são sentidas por meio das transformações ocorridas na própria natureza. Sabe-se da necessidade da criação de políticas públicas com o intuito de mitigar os impactos ao meio ambiente, e a inserção da população nesse processo de sensibilização do uso consciente dos recursos naturais é importantíssimo.

Neste sentido, os participantes foram instigados a pensar se eles observavam alguma preocupação com o desenvolvimento local e o meio ambiente. Assim o participante abaixo relatou que,

Creio que muito lentamente essa premissa vai sendo levada em conta. Ainda tem se pouco planejamento e ações efetivas neste sentido. Alguns empreendimentos trabalham a sustentabilidade mas se não for com a União de todos, não existirá sustentabilidade. Pois o tripé social, econômico e ambiental precisa estar de mãos dadas constantemente. (R.B.L.55).

Uma ação em conjunto possibilitaria um turismo,

Melhor, mais organizado. Oferecendo oportunidades aos moradores com emprego fixo ou temporário. Para residentes e para os turistas vários atrativos interessantes. Desde que, a atividade seja levada a sério por profissionais da área, como turismólogo, principalmente na pasta do Turismo da gestão pública municipal (R.B.L.55).

Outros problemas pontuados pelos entrevistados que possam estar ligados com o processo de instalação do turismo na comunidade também são encontrados em outros pontos do Brasil, tais como o uso de drogas, as criminalidades, as prostituições e as perdas do patrimônio local, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Problemas ligados ao turismo



Fonte: Dados do autor.

Um turismo fortalecido, que possibilite a geração de renda e uma construção coletiva com responsabilidade é o desejo de todos. No entanto, a pesquisa apontou que um turismo responsável visando o uso sustentável dos recursos naturais é algo distante de ser alcançado, pois envolve uma junção de fatores, como o trabalho de sensibilização junto aos envolvidos diretamente com o turismo, possibilitando “pensar num turismo de valorização do patrimônio cultural local” (A.S.R. 38).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma das atividades socioeconômicas mais importantes na contemporaneidade, impactando diretamente na geração de renda, na modificação do espaço social e exigindo que os diversos atores sociais públicos e privados possam desenvolver coletivamente ações para o seu desenvolvimento. Isso ficou claro por meio do conjunto de ações planejadas iniciadas na década de 70 por meio da “EMCETUR (1971) e (...), pelos governos estaduais que se seguiram a partir da década de 1980, tem recebido atenção especial como atividade econômica prioritária e indutora de captação de recursos externos e geração de renda pelos segmentos políticos e econômicos no Ceará (COSTA, 2010, p. 170).

Neste contexto, todo o litoral é referência no quesito investimentos sendo direcionados pelos projetos e programas do governo estadual e federal. O litoral beberibense sendo parte integrante do litoral leste foi inserido em um amplo projeto global, atendendo aos interesses capitalistas que se apropriam de mão de obra e de espaços para atender as necessidades e os interesses de uma determinada classe social.

A comunidade de Morro Branco passa por uma grande mudança em que dezenas de pessoas oriundas de Fortaleza, procurando lazer e fugindo da vida agitada, migram para o interior e constroem casas de veraneio, conhecidas como segundas residências, inserindo Beberibe definitivamente no roteiro global.

Com a predominância do turismo de sol e praia, que procura atender aos interesses imediatistas, são instalados equipamentos turísticos, como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, associação para passeios de buggy, o que possibilita um fluxo dinâmico no município. No entanto, esse tipo de turismo está deixando um rastro negativo no meio ambiente, pois as dunas e falésias estão sentindo os efeitos devastadores desse modelo econômico de lazer.

Por meio da pesquisa foi possível perceber que os efeitos são perceptíveis: grandes construções de casas, hotéis, pousadas nas falésias para atender uma demanda crescente de visitantes, grande fluxo de carros nas dunas, pavimentação nas falésias, degradação ambiental, ou seja, a predominância de uma grande estrutura tradicional para atender o grande fluxo de turistas que buscam nesses ambientes lazer e diversão tem suas consequências.

Ressalta-se que para solucionar estes problemas é necessário traçar caminhos que atinjam positivamente os aspectos estruturais, econômicos, políticos e principalmente os de

natureza sociocultural, uma vez que o modelo que foi instalado em Morro Branco representa a ideia do explorador, típica do atual modelo capitalista predominante. Nessa perspectiva, é importante a inclusão da população na busca de ações que viabilizem a construção de uma sociedade mais justa econômica, ambiental e socialmente, oportunizando um novo cenário com novas experiências para todos.

Percebe-se através das entrevistas realizadas com bugueiros, vendedores ambulantes, garçons e guias de turismo, que o turismo representa muito para eles, pois é a principal e talvez única fonte de renda. Contudo, observa-se que para essas pessoas o mais importante é ter dinheiro ao final de um dia de trabalho, não havendo uma preocupação com o meio ambiente ou com uma política de um turismo sustentável.

Salienta-se que no cenário da sustentabilidade foram pontuados caminhos e exemplos de outros locais inclusive no próprio município, que, em sua estrutura política e social, desenvolve a sustentabilidade, como no caso do turismo de base sustentável da comunidade de Prainha do Canto Verde, onde a estrutura existente atende aos interesses da população local.

A intenção em discutir o turismo e os impactos socioambientais no litoral beberibense possibilitou também a descoberta de algo inaceitável: a ausência de acervos nos arquivos públicos locais. Infelizmente, não existe na Secretaria Municipal de Turismo uma política de arquivamento desses materiais, e segundo eles as mudanças de gestores dificulta uma política nesse viés.

Conclui-se que a pesquisa contribuiu para o entendimento de como as atividades turísticas impactam diretamente no meio ambiente, tendo como plano de fundo a percepção daqueles que sobrevivem dessa atividade. O estudo ainda possibilitou uma reflexão da importância das políticas públicas voltadas para a construção de um turismo forte, mas que apresente também um plano de preservação desses espaços.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. Brasília: STJ, 2019. Disponível em: <https://agenda2030.stj.jus.br/agenda-2030-no-stj/#central-acompanhamento>. Acesso em: 10 maio 2021.
- AIRES FILHO, J. V. M.; CORIOLANO, L. N. Evolução do turismo no nordeste. *In*: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; FERNANDES, Laura Mary Marques (Orgs.). **Turismo e prática de responsabilidade socioambiental em empreendimentos turísticos no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017.
- ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, Camboriú, v. 10, n. 3, p. 357 – 378, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056099004>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- BACKSMAN, G. P. *et al.* Proposta de um Plano de Desenvolvimento para o Município de Aquiraz. *In*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA CNPQ, 8., 2002, Fortaleza: CE. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2002. p. 512.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**. As estratégias de mudança da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BARROSO, J. (Coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Beberibe**. Fortaleza: Cearah Periferia, 2010. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geo-beberibe-perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano-.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- BESSA, L. C. C. **Beberibe Passado a Limpo**. 1. ed. Beberibe: Editora independente, 2005.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: Edusc, 1999.
- BRASIL. Lei nº 6.938/81 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 ago. 1981.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA. Resolução nº 04, de 12 de abril de 2012. Dispõe sobre a atualização dos procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 2012.

BEBERIBE. Prefeitura Municipal de Beberibe. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Beberibe – PDDU**. Beberibe: PMB, 2000.

BEBERIBE, Prefeitura Municipal de Beberibe. **Plano Diretor Participativo do Município de Beberibe** – Lei de Uso e ocupação do Solo. Beberibe: LUOS, 2007.

BEBERIBE. **Projeto de Requalificação do Setor Turístico da Praia de Morro Branco**. Morro Branco: PROTUR, 2017.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 48-59, 2009.

CARNEIRO, M. C. **Análise ambiental dos impactos das atividades antrópicas da Apa da lagoa de Uruaú em Beberibe – CE**. 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Recursos Hídricos) – IFCE, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://dspace.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/1783/1/MARCELO%20DA%20COSTA%20CARNEIRO.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS**. Polo Litoral Leste – Tomo I. Consolidação dos municípios, objetivos e diagnóstico estratégico. Fortaleza: ST, 2014.

COELHO, S. D.; CAETANO, A. G. N.; SANTOS, J. O. O turismo Comunitário e sua Contribuição ao Desenvolvimento Sustentável da Prainha do Canto Verde, Beberibe – Ceará. **Rev. Geogr. Acadêmica**, [S.l.], v.10, n. 2, 2016.

COLAÇO, Soraia. **A história de um povo**. Fortaleza: Omni, 2008

COLAÇO, S. **A história de um povo: diversidade e identidade cultural**. 2. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. (Orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade social**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, L. N. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, M. **Turismo e política governamental: impactos sócio-ambientais gerados na zona costeira do município de Beberibe/CE**. 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza-CE, 2010.

Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16070>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CUNHA, D. N.; JESUS, G. B. S. Turismo sustentável: uma breve revisão sistemática. *In*: FÓRUM REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO., 2020. **Anais...** Sergipe, 2020. Disponível em:

https://www.unirios.edu.br/eventos/forumadm/anais/arquivos/2020/turismo_sustentavel.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2004.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172- 190, dez. 2016. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1178>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **G&DR**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>. Acesso em: 11 dez. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 2020**. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/beberibe.html>.

IRVING, M. A. *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-7, dez. 2005. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98>. Acesso em: 18 dez. 2022.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LAGE, A. C. **Administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso**: os ventos das mudanças no Ceará também geram energia. 2001. 157 f.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3547/Dissertacao_Allene.PDF?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jan. 2023.

LIMA, L. A. **Saberes tradicionais e práticas culturais no cultivo da mandioca e produção de farinha em uma comunidade litorânea, do Ceará, Brasil.** 2021. 68 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis) – MASTS, Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2066>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MADEIRA, L. C. N. **PESCADORES DE MORRO BRANCO Contribuições para a Preservação da Memória dos Pescadores e da Pesca Artesanal do Litoral Cearense.** Fortaleza: [S.l.], 2012.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? *In*: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: impactos sócio-ambientais.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 19 – 25 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MONTENEGRO JÚNIOR, I. R. P. **Turismo e Urbanização: gestão de impactos no litoral de Aquiraz - CE.** 2004. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA/UFC. Fortaleza, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16234/1/2004_dis_irpmontenegrojunior.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil - Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro.** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999.

NASCIMENTO, H. M. **Morro Branco e seus Encantos.** Fortaleza: Editora Papéis Finos, 1996.

NOVAES, Lucila N. Soares. **Turismo de Sol e Mar: empreendimentos turísticos imobiliários e o desenvolvimento urbano e socioeconômico no litoral do Ceará - O caso de Beberibe.** São Paulo, 2012. (Tese de Doutorado)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais.** Porto Alegre: Publicação de Turismo e Ambiente, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PANOSSO NETTO, Alexandre; NECHAR, Marcelino Castillo. Em direção a uma perspectiva crítica em turismo. *In*: **Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos.** Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

POMPEU, M. R. F.; GONÇALVES, T. E.; PEREIRA, A. Q. Espaço litorâneo e dinâmica dos serviços turísticos em Morro Branco, Beberibe, Ceará. **Formação Online**, [S.l.], v. 28, n. 53, p. 517-539, 2021.

REBOLLO, J. F. V.; BAIDAL, J. A. I. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. *In*: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un**

modelo de turismo sustentável. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. 105-129 p.

ROCHA, A. S. Plano diretor participativo: política urbana e novos atores sociais. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 21-36, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.36311/2447-780X.2020.v6.n1.03.p21>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

ROOS, A.; BECKER, E. L. S. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S.l.], v. 5, n. 5, p. 857 - 866, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/4259/3035>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RIOS, R. L. **Aspectos socioambientais do turismo na praia do porto das Dunas, no município de Aquiraz - CE.** 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza, Ceará, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16283>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Vértice, 1993.

SALES, E. J. C. G.; REZENDE, R. O. Turismo comunitário em Prainha do Canto Verde/Beberibe-CE: uma reflexão sobre essa possibilidade no espaço litorâneo. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, Aveiro, v. 2, n. 12/13, p. 807-816, 2010. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12375>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SALVATI, S. S. **Turismo responsável: manual para políticas públicas.** Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.

SANTOS, M. N. L.; LIMA, L. B. B. M.; SILVA, Q. P. Turismo de base comunitária e educação: práticas e possibilidades na prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 4, p. 834-848, 2018. Disponível em: DOI:<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i4p834>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SECRETARIA DE TURISMO DE BEBERIBE. **Documentário Sobre a História de Morro Branco.** Beberibe: Set Cult, 1990.

SILVA, Lucineide de Abreu. **Turismo em Beberibe: fonte de renda e desenvolvimento até que ponto?** Beberibe, 2008.

SOUZA, F. R. S. Educação ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9616>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. *In*: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987. 31-79 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

VASCONCELOS, F. P. Gestão integrada do litoral e sua implicação na atividade turística. *In*: CORIOLANO, Luzia N. M. T. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. 320-327 p.

WWF BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Brasília: WWF, 2021.

Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 15 maio 2022.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1 - Natureza da pesquisa - Eu, José Cleilson de Paiva dos Santos, inscrito sob os documentos RG n°: 95014019937 e CPF n°: 618.413.403-59, discente do Programa de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS da Universidade da Integração Interacional da Lusofonia Afro-Brasileira, orientado pelo Profº. Dr. Antonio Roberto, venho por meio deste documento te convidar para participar da pesquisa **“TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS: ESTUDO DE PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ”**.

Objetivo geral: Avaliar os impactos socioambientais na praia de Morro Branco, localizada no município de Beberibe, oriundos dos empreendimentos turísticos, e o papel destes na produção, transformação e apropriação do espaço geográfico.

2 - Participantes da pesquisa: a pesquisa terá de forma voluntária aproximadamente 80 participantes, sendo homens e mulheres adultos que desenvolvem atividades ligadas ao turismo tais como bugueiros, garçons, guias de turismo, vendedores ambulantes, empresários, artesãos da Praia de Morro Branco.

3 - Pagamento: os participantes não terão nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa e não receberão pagamento por sua participação.

4 - Sobre as entrevistas: as entrevistas serão realizadas em campo ou em local de escolha do entrevistado e serão registradas via aplicativo de gravação de áudio em aparelho celular.

5 - Envolvimento na pesquisa: Você responderá a um questionário semiestruturado versando sobre as características socioambientais da praia de Morro Branco, além de participar de uma entrevista semiestruturada a fim de identificarmos as principais atividades desenvolvidas no âmbito do turismo local. Ressaltamos que o participante pode recusar a sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo para ele. Sempre quando achar conveniente poderá pedir informações sobre esta pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto e, se necessário, através do telefone do comitê de ética em pesquisa.

6 - Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo poderão ser publicadas, porém não será revelada a identidade dos participantes/entrevistados. Estes serão identificados nas eventuais publicações por número ou codinomes e somente o pesquisador e o orientador terão conhecimento da identidade dos responsáveis pelos dados. Por fim,

informa-se que o TCLE terá duas vias e uma destas será entregue ao participante da pesquisa.

7 – Benefícios: Desta pesquisa será possível identificar as ações práticas de impactos socioambientais presentes nas diversas atividades ligadas ao turismo, a fim de gerar informações essenciais para a construção de ações mais sólidas e eficazes na preservação dos recursos que a natureza oferece. Assim, é fundamental considerar que a presente pesquisa favorece o reconhecimento e o fortalecimento da comunidade local não apenas em sua identidade, mas permite as discussões de políticas públicas diante da realidade estudada, a fim de auxiliar no fortalecimento das ações para a promoção de um meio ambiente mais equilibrado. Neste sentido, as pessoas que se relacionam economicamente com o turismo terão condição de refletir e buscar melhores caminhos para o turismo local, discutindo sobre as práticas realizadas e transmitir esse conhecimento a fim de disseminar os princípios de sustentabilidade nas perspectivas econômica, social e ambiental.

8 - Descrição dos desconfortos e riscos da pesquisa: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, mas em virtude de ainda estarmos passando pela pandemia da COVID-19 a entrevista não será feita em sua totalidade de forma presencial, pois ainda existe o risco de contágio. No entanto, quando ocorrer a entrevista presencial será essencial mantermos o distanciamento e o uso de máscara. Para evitarmos algum tipo de desconforto, constrangimento ou forte emoção relacionada à memória afetiva dos participantes a entrevista poderá ser interrompida em respeito ao participante, porém ocorrendo a interrupção esta não será incluída no processo. Pretende-se minimizar os riscos utilizando a cordialidade e educação na abordagem dos participantes, além do esclarecimento de qualquer dúvida que surgir. Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço eletrônico: cleilson.paiva02@yahoo.com.br e endereço residencial: Rua Francisco Rimundo de Oliveira, nº 132, Loteamento Residencial Beberibe II, centro, Beberibe, Ceará. Em caso de dúvidas, procurar também o Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Unilab, situado na do CEP/Unilab, mas encontra-se desatualizado. Atualizar conforme consta no site da UNILAB: <https://proppg.unilab.edu.br/index.php/cep/cep-submissao-de-projetos/>. endereço: sala 13a, Bloco administrativo II, Campus da Liberdade, avenida da abolição, nº 3, centro, cep: 62.790-000, Redenção – Ceará – Brasil. e E- mail: cep@unilab.edu.br; ou acesse a Plataforma Brasil no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Por favor, preencha os itens que se seguem:

Consentimento livre e esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, afirmo que entendi a pesquisa “turismo e impactos socioambientais em áreas litorâneas: estudo de percepção na praia de Morro Branco - Ceará”. Concordo em participar desta pesquisa e declaro que recebi cópia deste termo de consentimento. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo. Tenho ciência que poderei retirar meu consentimento de participação a qualquer tempo do processo de pesquisa.

_____, de _____, de 2022.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Assinatura do orientador

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO -PROPPG PROGRAMA DE
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS – MASTS

**TURISMO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS:ESTUDO DE
PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ APÊNDICE-B – PERFIL DO
ENTREVISTADO**

Autor: José Cleilson de Paiva dos Santos, 2022.

- | | |
|---|--|
| <p>01 – Sexo:</p> <p>a) () Masculino</p> <p>b) () Feminino</p> | <p>04 –Exerce outra atividade remunerada fora o turismo?</p> <p>a) () sim</p> <p>b) () Não</p> |
| <p>02 – Idade:</p> <p>a) () Entre 15 e 20</p> <p>b) () Entre 21 e 30</p> <p>c) () Entre 31 e 40</p> <p>d) () Entre 41 e 50</p> <p>e) () Acima de 50.</p> | <p>05) - Em caso de trabalho e/ou envolvimento com atividades ligadas ao turismo:</p> <p>a) () Em hotelaria (Hotéis, Risort,Pousada)</p> <p>b) () Guia de Turismo</p> <p>c) () Em barracas de praia</p> <p>d) () Bugueiro</p> <p>e) () Serviços</p> <p>f) () Produção ou venda de artesanato</p> <p>g) () Outros: __</p> |
| <p>03 - Nível de escolaridade:</p> <p>a) () Fundamental incompleto</p> <p>b) () Fundamental completo</p> <p>c) () Médio incompleto</p> <p>d) () Médio completo</p> <p>e) () Superior incompleto</p> <p>f) () Superior completo</p> <p>g) () Nunca estudou formalmente</p> | <p>6) - Em relação à formalidade do serviço:</p> <p>a) () Carteira assinada</p> <p>b) () Sem carteira assinada</p> |
| <p>04 – Estado Civil?</p> <p>a) () Solteiro (a)</p> <p>b) () Casado (a)</p> <p>c) () Divorciado (a)</p> | |

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS LITORÂNEAS:ESTUDO DE
PERCEPÇÃO NA PRAIA DE MORRO BRANCO-CEARÁ APÊNDICE- C - IMPRESSÃO
SOBRE O TURISMO LOCAL**

01) O que favoreceu o turismo na região de Morro Branco?

02) O que mudou para a população com a chegada do turismo?

03) Como você imagina o turismo nos próximos anos?

04) Que tipo de problemas surgiram ou aumentaram com o turismo?

05) Qual sua opinião sobre o que ocorrerá com o turismo na comunidade nos próximos anos?

06) Em sua opinião, o que o turista procura em Morro Branco?

07- A exploração do turismo com o incremento de pousadas, hotéis, restaurantes, venda de artesanato, está concentrado nas mãos da população? Empresários?

SOBRE OS EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO

01) O que você compreende por impacto ambiental?

02) Você acha que os empreendimentos turísticos na área de praia causaram algum dano ao meio ambiente? Quais?

03) Na sua opinião os empreendimentos turísticos causam algum dano à comunidade local? Quais?

04) Com o crescimento das atividades turísticas na região foi possível observar

mudanças na paisagem local? Cite exemplos.

05) Você sabe o que é o turismo de base comunitária? Você gostaria de ver esse tipo de turismo se desenvolvendo em Morro Branco?

06) Em sua opinião o atual modelo de turismo em Morro Branco se preocupa com o desenvolvimento sustentável? Exemplifique.

07- Em sua opinião existe preocupação com a preservação dos recursos naturais? Justifique.

08- Existe abertura para você participar das decisões sobre o turismo em sua comunidade?

09) Que medidas deverão ser tomadas para proteger, organizar e/ou amenizar os impactos causados pelo incremento do turismo na comunidade de Morro Branco?

10 - Quais impactos a pandemia da COVID-19 trouxe para o setor de turismo em Morro Branco? Houve apoio municipal? Como?

ANEXOS – Documentos históricos de Morro Branco

DOCUMENTÁRIO SOBRE A HISTÓRIA DE MORRO BRANCO

Conta a tradição, pelos testemunhos de alguns antigos moradores, que o primeiro habitante foi o Sr. Luís da Gama. Este veio de Aracati e fixou residência em Tracoá, juntamente com João Ribeiro, Manoel Braz, Tito e Brasilino.

Eram pescadores, ao irem para o mar, avistavam sinais de terras brancas (morros), que serviam de marcações para suas pescarias. Quando voltavam, observavam estes sinais de terras que deram-lhe o nome de **MORRO BRANCO**.

Em seguida resolveram morar no lugar, o qual o nome foi dado pôr eles.

De início só havia cinco casinhas; que eram do: Luís da Gama, João Ribeiro, Manoel Braz, Tito e Brasilno, depois chegaram os Andrés, que construíram suas casinhas e fixaram morada com suas famílias.

Anos depois, (1918) chegou aqui em Morro Branco a Sra. Maria Madalena casada com José Anastácio, que também vivia da pesca. O peixe pescado era vendido aqui, em Beberibe e muitas vezes trocado pôr farinha. Aqui não havia nada de comércio, pois as compras eram feitas pôr Maria Madalena em Beberibe. Esta ia a pé e trazia na cabeça um “balaio”, com: Farinha, fumo, açúcar, rapadura, gás e fósforo. Depois que ela chegava, era que os pescadores saíam para mar.

Os pescadores sentindo a necessidade de um local para realizar suas reuniões (sessões), resolveram com recursos próprios, construir a primeira Colônia de Pescadores, que foi feita de palha. Em seguida esta colônia foi reformada e passou a funcionar como escola para a comunidade, já que os moradores sentiram a necessidade de educar seus filhos. Tendo como professores; Alza Ribeiro, Maria José Militão, Antônio da Graça Sobrinho e Neon Bessa. Nesse tempo o povoado já estava bem crescido e já existia os “botecos” de Antônio da graça, do Meu Tio e do Professor Neon Bessa.

Alguns anos mais tarde, (1929) chegou aqui uma jovem com apenas quinze anos, para lecionar, de nome Deusinda Nogueira Gama, que casou-se com Elizeu Gama, neto de Luís da Gama. Esta passou a ensinar na própria Colônia e resolveu criar e cuidar dos atos religiosos, (novenas, coroação e missa) do lugar e os mesmos eram realizados na Colônia de Pescadores. A primeira missa rezada aqui, foi no dia 23 de novembro de 1933, pelo Padre Graça, que vinha a cavalo, emprestado pôr José Bessa.

Nesta época, o Presidente da Colônia era Gustavo Facó, depois vieram outros como: João de Deus Nogueira da Costa, Raulino Gama, Francisco José Cavalcante, José Roque de Oliveira, etc. O presidente da Colônia era uma pessoa que trabalhava muito pela Comunidade, participava das festas religiosas e sociais. Nas festas sociais, as pessoas dançavam e se divertiam ao som de auto-falantes, radiadoras e tudo era muito bonito.

Com a continuação tudo foi aumentando a população e com ela o progresso, todos viviam da pesca e de algumas plantações.

As embarcações eram de timbaúbas, pôr ser uma madeira frágil, foi substituída pôr uma madeira melhor chamada piúva, que era trazida do norte com muita dificuldade. Melhorando as embarcações surgiu a pesca da lagosta, que de início eram transportadas em animais, (cavalos, burros, e jumentos), pois não havia estradas. Assim com a pesca da lagosta surgiu o primeiro transporte, o Jeep, era de um Americano, que aqui chegou para comercializar lagosta. E logo foi construído um galpão para receber toda a produção. Com a comercialização da lagosta e as dificuldades em transporta-la surgiu a estrada ligando a praia de Morro Branco a Beberibe.

Morro Branco começou a progredir mais, porque com a pesca da lagosta foi dada condições para os pescadores, pois uns pescavam, outros cuidavam do pescado e outros faziam o material de pesca como: Jereré "espécie de roda de fio" e manzuá (feito de arame).

Foi neste período que muitos pescadores conseguiram fazer suas casas de tijolos e melhorar de vida.

Morro Branco crescia mais e mais e com isso muitas pessoas chegavam. Foi assim que o Sr. Roque Batista de Oliveira chegou, era um marinheiro aposentado, já encontrou o povoado bem adiantado, e várias casas. Foi escolhido na época para ser presidente da colônia de pescadores e logo foi empossado. Como era muito animado queria ver o progresso do lugar, incentivando o povo a trabalhar em grupos, fazendo movimentos para angariar recursos para a construção da capela, que recebeu como Padroeiro São Pedro, e todo ano no dia 29 de Junho faziam festa do Padroeiro com Quermesses, Novenas, Leilões, Missas, procissões com passeio de jangadas no mar. Já é tradição e todo ano se renova e o povo continua a seguir o mesmo ritual.

Neste mesmo período foi construído um chafariz que o motor era gerado a gasolina, pois antes toda a água consumida pelos moradores era apanhada nas bicas cristalinas que corria das barreiras.

Algum tempo depois (1965) aqui chegou um político de nome Raimundo Ximenes, que ajudou a construir a primeira escola que recebeu o nome de José Bessa.

Em novembro de 1969, chegou a energia elétrica e com ela o asfalto, exatamente na gestão do Prefeito de Beberibe, Sr. Antônio de Queiroz Ferreira.

Com a chegada da energia, tudo melhorou, foi construído mais chafarizes, posto de saúde, escolas, a população recebia com alegria os benefícios. Surgiram novos trabalhos e Morro Branco passou a ser visitado pôr pessoas de todo mundo que ficavam encantados e maravilhados com as belezas naturais da praia. Muitos visitantes possuem casas para fins-de-semana, feriados e período de férias.

Hoje Morro Branco é uma das mais belas Praias do litoral Brasileiro, Distante 4 quilômetros da Cidade (Beberibe) é freqüentada diariamente pôr turistas Nacionais e Internacionais, que vem conhecer suas belezas naturais, como: Fontes de água doce, dunas de areias coloridas, que o Artesanato do Ceará utiliza para composições no interior de garrafas. Seu clima é puro, não existe poluição, nem contaminação nas águas. No final da tarde a chegada dos jangadeiros é o grande espetáculo.

Próximo a orla marítima, encontramos Pousadas, Hotéis, Bares e Barracas com ótimo atendimentos.

Encontramos na praia um centro de rendeira, que fazem com o bilro e labirinto a camisa que o turista gosta de levar. Além de blusas encontramos também as toalhas de mesas e colchas de camas pelos melhores preços possíveis.

Temos também o Posto Telefônico que muito facilitou a comunicação que só era possível através do Correios.

No dia 14 de Maio de 1986, reuniram-se na Escola de 1º Grau José Bessa, alguns moradores com a finalidade de fundar uma Associação. Esta depois de fundada, recebeu o nome de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORRO BRANCO – ACMB, com sede própria em Morro Branco- Beberibe, no Estado do Ceará, que reger-se-á pelos seus Estatutos devidamente registrados no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Beberibe.

A Associação tem pôr finalidade:

- Desenvolver esforços pela melhoria dos níveis de educação, saúde e bem-estar da população de Morro Branco;
- Defender a preservação ecológica, principalmente na orla marítima, as belezas e riquezas naturais.
- A Associação é administrada pôr uma Diretoria composta de 5 (cinco) membros, a saber: Presidente, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros.

Hoje Morro Branco, com quase 2000 (dois Mil) habitantes, está totalmente diferente, muito evoluído. Alguns moradores ainda vivem da pesca, principalmente da pesca da lagosta, outros vivem

do comércio, alguns são funcionários públicos e outros trabalham em firmas como: Serventes, mestre-de-obras, principalmente depois da construção do Conjunto Residencial MARINA. Nosso transporte diário é ônibus que vem várias vezes ao dia.

Enfim, Morro Branco tornou-se uma praia turística e "feiticeira", pois quem vem aqui fica apaixonado e logo retorna.

E Assim é mais ou menos o Morro Branco de ontem e de hoje.

Este Histórico foi elaborado pelos alunos da 2ª Etapa da Educação de adultos, auxiliados pela professora da Escola Maria Valdenia Fernandes Gama.

Morro Branco, 16 de Maio de 1990.